



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO INSTRUMENTO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DE PINTADAS**

JOSÉ CARLOS MORAES SOUZA

CRUZ DAS ALMAS - BAHIA

MAIO DE 2005

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DE PINTADAS

JOSÉ CARLOS MORAES SOUZA

Engenheiro Agrônomo
Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, 1997

Dissertação submetida à Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Agrárias, Área de Concentração: Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Amílcar Baiardi

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CRUZ DAS ALMAS - BAHIA - 2005

FICHA CATALOGRÁFICA

S729 Souza, José Carlos Moraes.
A economia solidária como instrumento do
desenvolvimento sustentável : o caso de Pintadas / José Carlos
Moraes Souza. - Cruz das Almas, Ba, 2005.
78 f ; tab., Graf.

Dissertação (Mestrado) — Escola de Agronomia.
Universidade Federal da Bahia.

1.Economia solidária.. 2. Economia —
desenvolvimento sustentável.3. Desenvolvimento
sustentável. I. Universidade Federal da Bahia, Escola de
Agronomia II. Título.

CDD 20. ed. 338

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Amílcar Baiardi
Escola de Agronomia - UFBA
(Orientador)

Dr. José Alberto Bandeira Ramos
Escola de agronomia - UFBA

Dr. Alexandre Américo Almassy Júnior
Escola de Agronomia da UFBA

Dissertação homologada pelo Colegiado de Curso de Mestrado em Ciências Agrárias em

Conferindo o Grau de Mestre em Ciências Agrárias em

Para minha mãe,
para o meu pai (em memória),
para a minha esposa e
para a minha filha.
É claro.

Agradecimentos

Uma série de pessoas e entidades contribuiu muito para a realização deste trabalho e, certamente, nomeá-las não é tarefa fácil. Citarei algumas, sempre correndo o risco de esquecimentos.

Inicialmente, gostaria de agradecer a toda a minha família, irmãos e irmãs, por todo o incentivo e esforço empreendidos para que eu pudesse ter a oportunidade de estudar. Vocês são os grandes responsáveis por toda a base moral e ética que carrego para toda a vida.

Quero agradecer também à Professora Alicia Ruiz Olalde, pelo constante estímulo, crítica e dedicação com que me orientou durante quase todo o tempo de desenvolvimento deste trabalho. Ao professor Amílcar Baiardi, pelas críticas, contribuição e confiança ao assumir esta orientação.

Agradeço também à Cáritas Brasileira Regional NE3 e a todas as pessoas que a compõem (Pe. Eliomar, D. Neura, Alan, Darci, Rubem, Candice, Cátia, Mandela, Marcela e Francisco) e a traduzem num exemplo vivo de dedicação e trabalho pela liberdade e democracia. Agradeço pelo apoio institucional e pela oportunidade de crescimento profissional e pessoal nestes anos de convivência e aprendizado.

Entre os colegas de curso de Mestrado com que estabeleci laços, devo mencionar Januzia (Jan), amiga dedicada e atenciosa que tive o orgulho e o privilégio de conhecer nestes anos de estudo.

Agradeço, especialmente, às organizações e pessoas que compõem a Rede Pintadas, sementes vivas de tantas possibilidades para o Sertão.

A todos, a minha mais sincera gratidão e reconhecimento.

SUMÁRIO

	Página
1 INTRODUÇÃO	10
2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	13
RESUMO	
ABSTRACT	
CAPÍTULO 3. <i>ECONOMIA SOLIDÁRIA</i>: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO A PARTIR DA PRÁTICA.....	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33
RESUMO	
ABSTRACT	
CAPÍTULO 4. A REDE PINTADAS: UM EXEMPLO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SERTÃO BAIANO.....	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
ANEXO	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78

ECONOMIA SOLIDÁRIA: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO A PARTIR DA PRÁTICA

RESUMO: Este artigo tem a finalidade de dar algumas referências do universo teórico sobre o tema *economia solidária*, buscando apontar as convergências teóricas entre alguns dos principais autores que tratam desta temática.

Nele, são destacadas as contradições provocadas pelo sistema capitalista como fontes de mobilização da classe trabalhadora, na busca de alternativas de inserção desta classe no mundo do trabalho, de forma digna e autônoma.

São apresentados também, neste artigo, os desafios que precisam ser superados para a afirmação destas iniciativas como um modo de produção possivelmente superior ao sistema capitalista. Por fim, são apresentadas as múltiplas dimensões destas iniciativas como fundamentais para a construção de uma outra racionalidade que integre as esferas política, econômica, social e ambiental na construção do desenvolvimento.

Palavras-chave: desenvolvimento, trabalho.

RECIPROCAL ECONOMICS: THE CONSTRUCTION OF AN IDEA BASED ON THE PRACTICAL.

ABSTRACT: This paper proposes to offer references to the universal theory regarding *reciprocal economics*. It seeks to point out the common theoretical approaches existing among some of the principle authors who focus this subject matter.

It points out contradictions provoked by the capitalistic system such as sources of mobilization of the working class, in search of alternatives of the insertion of this class into the working milieu, in a dignified and autonomous manner.

This paper also presents the challenges which need to be overcome in order to affirm these incentives as a way of production possibly superior to that of the capitalistic system. Finally, an effort is made to present the multiple dimensions of these incentives as fundamental for the construction of another rationale that integrates the political, economic, social and environmental sectors within development.

Key words: development, working.

1 INTRODUÇÃO

A “Rede Pintadas” tem sido um exemplo de iniciativa socioeconômica das mais relevantes para o Semi-árido nordestino brasileiro. Ao longo dos últimos 20 anos, tal experiência tem sido construída em uma ação articulada da sociedade civil, fundamentada na busca da autonomia das organizações que a compõem, como tentativa de rompimento com as tradições da exploração e dependência em relação às velhas estruturas de poder. Essa autonomia significa um agir social alicerçado no interesse comum da coletividade, que valoriza sua identidade e sua capacidade de interação na busca de alternativas coletivas.

Esta dissertação tem o objetivo de fazer um estudo de caso desta Rede, buscando melhor compreender o processo histórico de organização comunitária e consolidação dos princípios e valores fundamentados na cooperação e na solidariedade desenvolvidas pelo conjunto de atores que a compõem e que estão construindo alternativas de desenvolvimento para o município

Para atender ao propósito acima, utilizar-se-á o referencial teórico da Economia Solidária por entendê-lo como mais adequado para explicar as razões do processo de organização que vêm norteando as ações da rede e também por possibilitar um reencontro entre economia e sociedade, entre economia e política, entre política econômica e política social e entre economia e desenvolvimento de maneira multidimensional e inclusiva.

Observa-se que não se trata de um conceito acabado, mas que está sendo construído, na prática por trabalhadores vitimados pelo desemprego estrutural que vitima a cada dia um maior número de pessoas no mundo inteiro e através de estudos sistemáticos realizados por um crescente número de pesquisadores que se debruçam sobre estas iniciativas. Neste sentido observa Singer:

A economia solidária não é criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados “utópicos” da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon etc) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento. A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. (SINGER, 2000 p.13).

Desta forma, o conceito de Economia Solidária tenta abrir uma perspectiva de inclusão efetiva da sociedade civil no processo de construção de alternativas de desenvolvimento de forma autônoma e democrática. E não se trata de reconhecer simplesmente um papel maior para a sociedade civil no processo de desenvolvimento, como se houvesse possibilidade de desobrigar o Estado de enfrentar problemas sociais graves. O papel do Estado como agente de promoção econômica e regulador de demandas sociais continua a ser bastante relevante, porém, é preciso fortalecer a dimensão pública (sócio-política) e não meramente estatal ou privatista (administrativo-empresarial) do processo de desenvolvimento.

Estudar a experiência da “Rede Pintadas” decorre da motivação em saber como, mesmo com as desigualdades seculares que se estabeleceram no semi-árido, está sendo possível forjar uma nova correlação de forças sociais para aprimorar as condições objetivas de promoção do desenvolvimento sustentável.

Esta dissertação está estruturada em itens, sendo que no segundo item abordam-se os procedimentos metodológicos adotados no processo de coleta de dados primários e secundários quando da realização da pesquisa e demarca-se o período pesquisado. No terceiro item, situa-se o debate contemporâneo sobre *economia solidária*, o qual traz referências do universo teórico de abordagens existentes acerca do tema, além de situar o momento histórico em que começam a ser forjadas suas idéias e práticas.

No quarto capítulo, demonstra-se o processo organizacional no município de Pintadas e algumas das mudanças ocorridas no período em análise. Nas considerações finais é feito um balanço crítico dos efeitos desta ação coletiva e são apontados preocupações, perspectivas e desafios a serem enfrentados pelo conjunto de organizações que compõem a “Rede Pintadas”.

Espera-se que estas contribuições possam somar-se a outros estudos já realizados e provoquem outros que tenham seus objetivos voltados para a construção de uma “Outra Economia”.

2. Considerações Metodológicas

Economia solidária pode ser entendida, neste trabalho, como um processo participativo e de resistência de trabalhadores empobrecidos e excluídos do mundo do emprego formal, que cria e persegue uma visão multidimensional, integrando as componentes sociais, econômicas, culturais e ecológicas para a construção do desenvolvimento sustentável solidário e inclusivo. Já o conceito de desenvolvimento sustentável significa o equilíbrio dinâmico entre estas diferentes dimensões, num processo participativo, em que os recursos naturais são utilizados em prol do melhor viver das populações humanas e com respeito ao patrimônio cultural das diferentes populações. Neste sentido, deve ser (re)construído socialmente, levando-se em conta a pluralidade e a diversidade de cada lugar. Ao incorporar-se à discussão sobre desenvolvimento sustentável a idéia de *economia solidária*, busca-se sugerir uma “ponte analítica” que evidencie a relação entre oportunidades de desenvolvimento e a capacidade da sociedade civil de construir alternativas participativas e democráticas como condição basilar para se almejar o desenvolvimento sustentável.

Para que se dê conta de tal perspectiva, realizou-se uma pesquisa com o intuito de elaborar um diagnóstico das principais transformações históricas, políticas, sociais e econômicas no município de Pintadas, com base na ação da “Rede Pintadas” - um conjunto de 11 organizações da sociedade civil do município.

Selecionaram-se e entrevistaram-se informantes qualificados, tais como dirigentes das organizações, lideranças rurais e assessores das entidades que compõem a “Rede Pintadas”. Utilizou-se o método da entrevista semi-estruturada com os informantes, tendo sido estes entrevistados individualmente, com a utilização de equipamento de gravação.

A pesquisa baseou-se nos registros das entidades que compõem o movimento social em Pintadas, que culminaram na constituição da Rede e

explicitam, hoje, satisfatoriamente, o desempenho da mesma na geração de benefícios no município.

O levantamento de dados primários e secundários foi feito simultaneamente à pesquisa de campo. Com o propósito de ampliar as informações, os dados secundários foram obtidos nas publicações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), no banco de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. Com base nesse material, procurou-se obter um quadro de transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e ecológicas no município e realizar um diagnóstico simplificado do impacto da experiência associativa de Pintadas.

E para concretizar estes objetivos, procedeu-se uma análise da evolução dos indicadores de desenvolvimento do município de Pintadas, estabelecendo-se comparação desta com municípios da mesma região econômica, buscando-se articular os resultados expressos nos indicadores com as estratégias, ações e estruturas organizativas desenvolvidas pela “Rede Pintadas” ao longo deste período.

Este diagnóstico compreende um período de meados da década de 1980 – com a emancipação do município e desencadeamento de todo o processo de organização comunitária, constituição das organizações e desenvolvimento das estratégias de enfrentamento coletivo dos múltiplos problemas do município – até os dias atuais.

CAPÍTULO 3

ECONOMIA SOLIDÁRIA: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO A PARTIR DA PRÁTICA.¹

¹ Artigo ajustado e submetido ao Comitê Editorial do periódico científico Ciência Rural.

1 INTRODUÇÃO

Localizar o conceito de *economia solidária* num corpo teórico sólido talvez seja uma tarefa árdua, porém, necessária. O trabalho é conduzido com a preocupação de oferecer referências do universo de abordagens existentes sobre o tema e, principalmente, de fornecer pistas para uma entrada mais consistente neste debate. Toma-se, portanto, como tarefa específica, demarcar pontes teóricas possíveis de serem construídas a partir do balanço crítico da idéia de *economia solidária*. Assim, torna-se necessário também situar o momento histórico em que vivia o mundo no momento em que começava a ser forjado não apenas o conceito, mas sobretudo começavam a ser desenvolvidas práticas econômicas, sociais, ecológicas, políticas e culturais que se diferenciavam das práticas mais usuais. Tal tarefa faz-se relevante pela urgência que se deve ter de, além de saber-dizer, também saber-fazer acerca do tema desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o conceito e principalmente as práticas de *economia solidária* podem ser uma chave para tal intento.

Percebe-se que o mundo passa por profundas transformações na sua estrutura econômica, política, cultural, social e ambiental. As sociedades modernas deparam-se com grandes desafios no que se refere à necessidade de garantir condições de vida digna para uma grande parcela da população mundial. Surgem também fortes preocupações com a sustentabilidade, o que leva a uma série de questionamentos, preocupações e busca de alternativas que promovam o desenvolvimento das populações humanas (do presente e do futuro) nas diferentes regiões do planeta, ao mesmo tempo em que a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais seja observada.

Desta forma, o exercício de pensar e fazer a partir do tema *economia* requer um aprofundamento da visão dos fenômenos econômicos, buscando enxergar para

além do modo de produção capitalista que hoje se apresenta (inegavelmente) hegemônico, mas, historicamente, não único.

Neste sentido, este artigo tem a finalidade de demarcar o espaço de abordagem do tema da *economia solidária*, buscando apresentar as diferentes linhas de pesquisa existentes, procurando apontar as divergências e convergências teóricas de alguns dos principais autores que hoje tratam desta temática, além de discutir os antecedentes históricos deste debate.

Alguns dos pontos centrais destacados nesta dissertação são as contradições provocadas pelo sistema capitalista, que têm levado um crescente número de trabalhadores do mundo inteiro a buscar alternativas de inserção no mundo do trabalho que lhes garantam sobrevivência com dignidade e autonomia. Estas iniciativas, gestadas na luta pela sobrevivência de trabalhadores que estão ou temem ficar desempregados, são apontadas como uma possível (re)invenção de um outro modo de produzir e distribuir os bens socialmente demandados.

São apresentados também os desafios que precisam ser superados para a afirmação destas iniciativas com um modo de produção possivelmente superior ao sistema capitalista. Por fim, são demonstradas as várias dimensões destas iniciativas, as tentativas e necessidades de articulação entre elas, para a construção de uma outra racionalidade política, econômica, social, cultural e ecológica.

Vêm sendo construídas e consolidadas, ao longo do tempo, práticas econômicas, políticas, sociais, culturais e ecológicas pautadas em valores e princípios que, diferentemente do sistema capitalista, fazem da solidariedade e da cooperação uma forma de resistência de trabalhadores vitimados pelos efeitos perversos causados pela ordem econômica mundial, cada vez mais globalizada e excludente.

As iniciativas de *economia solidária* surgem num contexto de crítica a um modelo de desenvolvimento que produz riquezas, ao mesmo tempo em que aumenta a exclusão social de um número significativo da população mundial.

Existe hoje um quase consenso em torno da necessidade de um novo modelo de desenvolvimento dotado de sustentabilidade. São observados claramente avanços na construção de uma visão integrada sobre a relação entre o meio ambiente e os seus habitantes, superando a visão antropocêntrica, que tenta

justificar a exploração ilimitada dos recursos naturais e a conseqüente degradação do meio ambiente.

A interligação entre desenvolvimento socioeconômico e os impactos no meio ambiente entrou na agenda política internacional desde a 1ª conferência mundial sobre este tema que ocorreu em Estocolmo em 1972. Desde então, tem sido delineada uma compreensão do desenvolvimento, que combina três elementos essenciais: justiça social, prudência ecológica e eficiência econômica. Segundo Baiardi, (2003, p.3):

“...pode-se afirmar que nos países industrializados a crise do produtivismo se acentuou a um ponto tal que a busca de alternativas para níveis de produtividade compatíveis com a taxa de urbanização e níveis de qualidade do produto consentâneos com a exigência dos consumidores passaram a ser a principal preocupação dos Policy makers do setor agrícola, dos setores industriais e das intervenções ambientais.”

Segundo Bertucci e Silva, (2003, p.78):

“...O paradigma de solidariedade no desenvolvimento baseia-se numa ótica em que acontece o compartilhamento dos dons de natureza e os bens socialmente produzidos, com vistas à realização de todas as pessoas.”

Desta forma, o desenvolvimento rural sustentável seria, então,

O processo no qual se atenderia as necessidades do presente – leia-se não somente as necessidades meramente econômicas, sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras também o façam. BRUNDTLAND (1987 *apud* BAIARDI, 2003, p. 13)

Sachs, citado por Bertucci e Silva (2003, p.77 e 78), apresenta os seguintes princípios de sustentabilidade:

“...Satisfação das necessidades básicas das populações; a solidariedade com as gerações presentes e futuras; a participação da população envolvida nas definições dos padrões de sustentabilidade de desenvolvimento; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente e geral; a elaboração de um sistema social garantindo segurança e

respeito as culturas e a valorização da autonomia e da autoconfiança dos povos, além da governabilidade política nos vários níveis e a sustentabilidade econômica.”

Para Bertucci e Silva (2003), “percebe-se a quase impossibilidade de que esses postulados sejam plenamente atendidos na ótica capitalista.”

Desta forma, as iniciativas de economia solidária buscam a construção de *uma alternativa superior ao capitalismo*², construída no dia-a-dia de trabalhadores e trabalhadoras de diversas partes do mundo que, com a teimosia de não aceitar um destino de miséria dado como certo e inalterável, constroem sua história ensejando, desta forma, a própria transformação da história. É importante chamar atenção também para as diferenças existentes entre as iniciativas de *economia solidária* autênticas, gestadas pelos próprios trabalhadores e as iniciativas geridas pelo Estado dentro dos marcos do socialismo real, em que nem a posse dos meios de produção era dos trabalhadores, nem as decisões acerca dos rumos dos empreendimentos são por eles tomadas.

Neste sentido, este trabalho tem como função contribuir para a ampliação do espectro do possível através da reflexão acerca de alternativas que representem formas mais justas de distribuição das riquezas nas sociedades.

“as referidas formas de pensamento e de práticas põem em causa a separação entre realidade e utopia e formulam alternativas que suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao *status quo*, e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis.” WRIGHT (1998 apud BAOVENTURA, 2002, p. 25).

Arruda (2001) fala em “socioeconomia solidária” como um movimento que transcende as iniciativas restritas ao econômico e que implica, além das transformações institucionais na esfera sócio-econômica, mudanças profundas no nível das relações sociais e culturais: envolve mudanças na visão de mundo, paradigmas, valores, atitudes, comportamentos, modos de relação, aspirações, paixões e desejos.

Para Arruda (2001), o desafio principal é a transformação política, cultural, filosófica e espiritual. Em nível imediato, o autor destaca a construção de um movimento cooperativista autogestionário, solidário e popular, cuja estratégia seja

² Expressão utilizada por Singer (2002, p. 114) para qualificar o movimento de Economia Solidária.

tecer pouco a pouco os fios de relações cooperativas e solidárias não só na esfera do consumo, como também nas esferas produtiva, comercial e financeira, com o intento de “transubstanciar” a economia do capital em uma economia cooperativa e solidária.

Observa-se claramente que o objetivo superior do processo organizativo dentro da lógica da *economia solidária* é a emancipação do ser humano do trabalho repetitivo e alienado e a construção de um outro sistema que integre as dimensões econômica, política, social, ecológica e cultural, que garantam sobrevivência com dignidade a todas as pessoas. Diferentemente do que propõem as idéias ancoradas no referencial teórico do Capital Social, que enxerga a confiança e a cooperação como ferramentas que possibilitam às pessoas a convivência com o sistema capitalista, sem, contudo, objetivar a sua superação.

Segundo Antunes (2002), a crise do padrão de acumulação *Taylorista/Fordista* que floresceu ao final dos anos 60 e início dos anos 70, fez com que, entre tantas outras conseqüências, o capital implantasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando à recuperação do seu ciclo produtivo e, ao mesmo tempo, a reposição de seu projeto de dominação.

O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, através da constituição das formas de acumulação flexível, das novas formas de gestão organizacional e do avanço tecnológico. O *toyotismo* surge com a proposta de restabelecer a subjetividade do trabalho, criando a capacidade de produzir um bem completo por várias equipes simultaneamente no chão de fábrica. Para Baiardi e Mendes (2004, p.20),

“...estas mudanças e novos paradigmas de produção e organização do trabalho têm revolucionado o perfil do trabalhador e as relações de produção, e os efeitos destes processos têm sido devastadores sobre os empregos ditos diretos, pelas seguintes razões: I) redução do uso de componentes de produtos através do crescente uso de microcomputadores; II) emprego da automação robótica ; III) intensificação do uso de aparelhos eletrônicos em substituição aos mecanismos; IV) banalização da informação e V) um aumento mais que proporcional da produtividade em relação á demanda agregada.”

Estes autores complementam que:

“...A classe que vive do trabalho, nesse contexto sofre uma intensificação do uso da sua força de trabalho em todos os modelos de organização produtiva adotados pelo capitalismo. E ao mesmo tempo, aumenta também outras formas de alienação que convivem com o aumento da subjetividade. Paralelamente à entrada da ciência nos processos produtivos, ocorre a saída dos trabalhadores do mercado formal organizado. Tais trabalhadores se engajam no mercado informal, tornando sua força de trabalho precária.” (BAIARDI e MENDES, 2004, p. 21)

Deve-se, assim, ter atenção para identificar e denunciar práticas que procuram mascarar as contradições e a alienação do trabalho sob o disfarce de falsas cooperativas, que ao invés de promover a participação dos trabalhadores, acabam por torná-los ainda mais vulneráveis e desprotegidos da exploração capitalista. Estas iniciativas fraudulentas, geridas dentro da ilegalidade, visam, tão somente, a burlar as leis trabalhistas, não garantindo os direitos conquistados pela classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que preservam a submissão hierárquica das empresas capitalistas tradicionais.

Assim sendo, todo esforço empreendido para a demarcação conceitual precisa das verdadeiras práticas de *economia solidária* e propiciará maior segurança para a necessária construção de políticas públicas adequadas ao fortalecimento destas iniciativas, evitando, assim, que os recursos públicos sejam gastos em iniciativas equivocadas, que reproduzem a dominação, ao mesmo tempo em que se disfarçam com o perfume cativante das empresas cidadãs - o que se conceitua como empresa cidadã é aquela que pratica a “responsabilidade social”, sem alterar o sistema e as relações de trabalho – e as cooperativas de fachada.

Este debate deve permear tanto a esfera do Estado quanto a da sociedade, para que possa galgar poder político e econômico, garantindo, desta forma, recursos do Estado através de políticas públicas adequadas, ao mesmo tempo em que mantenha a autonomia necessária para continuar formulando alternativas ao modo de produção Capitalista.

2 AS CONTRADIÇÕES DO VELHO SISTEMA CRIANDO AS CONDIÇÕES PARA O SURGIMENTO DO NOVO.

Com a crise do trabalho, que marca o final do século XX, o mundo vê agravarem-se os índices de desemprego, desassalariamento e precarização das relações de trabalho, fatos que contribuem muito para o alargamento da pobreza e da miséria de parcelas significativas da população mundial. Os avanços tecnológicos e os novos modelos de gestão intensificadores de trabalho diminuem em termos absolutos a necessidade de mão-de-obra. As mudanças provocadas pela reestruturação produtiva alteram de forma rápida e intensa o mercado e as condições de trabalho, com a extinção de milhões de ocupações e a flexibilização de direitos sociais anteriormente conquistados pela classe trabalhadora.

O que se observa é uma crescente flexibilização do trabalho em todo o mundo capitalista. As práticas adotadas pelas empresas através da terceirização, do emprego temporário e, também, o aumento expressivo da informalidade e das falsas cooperativas de trabalho representa práticas flexíveis de emprego e dos mercados de trabalho – constitui formas concretas de flexibilização que se difundem em todas as atividades e lugares, associadas a processos de desindustrialização e descentralização das fábricas.

Essas práticas representam novas necessidades do sistema, num contexto de hegemonia da lógica financeira, que exige maior mobilidade para os capitais e processos produtivos cada vez mais flexíveis, o que leva o poder econômico e político deste sistema a exigir do Estado reformas que revogam direitos trabalhistas, legalizam a precarização e abrem caminho para a super exploração da força de trabalho e o aumento abusivo dos lucros.

Como fruto destes processos, observa-se que o crescimento do desemprego é acompanhado de mudanças significativas na composição da estrutura ocupacional. Desde a década de 80, constata-se uma redução gradativa da mão-de-obra empregada nos setores primário e secundário e um crescimento da ocupação no setor de serviços. Mas isto não significa uma maior capacidade de absorção no setor terciário, antes, ao contrário, verifica-se um aumento das ocupações

precarizadas e informais. As condições de subemprego substituem as anteriores condições de proteção do *estado do bem estar*.

Constata-se o crescimento das ocupações informais com a agregação de um novo contingente composto por pessoas expulsas do mercado formal de trabalho.

Esse setor tem sido alimentado principalmente por pessoas que trabalham por conta própria, sem registro e sem direitos trabalhistas e previdenciários.

Como reação a essa crise do paradigma de organização do trabalho surgem algumas iniciativas. Na perspectiva liberal, são enfatizadas a empregabilidade e o empreendedorismo. A primeira refere-se à capacidade de reciclagem profissional (atualização contínua) e de adaptação a diferentes áreas de atuação. A segunda alternativa de corte liberal diz respeito à mobilização e ao exercício da capacidade empreendedora para iniciar novos negócios, para que os desempregados se transformem em “patrões de si mesmos”. Nos dois casos, a responsabilidade pela permanência, recolocação e solução da crise do trabalho é atribuição de cada indivíduo em particular e não do sistema que criou as condições objetivas para a sua existência.

Na perspectiva emancipatória, destacam-se variadas formas de organização do trabalho e da produção, protagonizadas pelos setores populares. Experiências coletivas de trabalho e produção disseminam-se em todo o mundo, nos espaços rurais e urbanos, através das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores e de empresas autogestionárias. Nascem de uma atitude crítica frente ao sistema hegemônico e orientam-se por valores não mercantis, como a solidariedade, a democracia e a autonomia. Têm como desafios a construção de uma

“...nova forma de organizar a produção a distribuição e o consumo dos bens socialmente produzidos, o que significa redesenhar e exercitar, na prática das experiências alternativas, um outro projeto de sociedade que rompa com a lógica da competição monopolizadora e excludente.” (BERTUCCI, 2002, p.19).

A partir da análise destas práticas, alguns autores têm interpretado esse movimento como uma “Economia Popular Solidária”. Diversas linhas de pesquisa abordam reflexões sobre a importância e as perspectivas de uma *economia popular e solidária*. Alguns a enxergam como sendo de caráter “alternativo” à economia

capitalista e outros enxergam uma perspectiva “alterativa”, por provocar alterações significativas no quadro de condução das políticas de desenvolvimento.

Kraychete (2000) convencionou chamar de “Economia dos Setores Populares” as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de capital.

Coraggio (2003) trabalha com o conceito de economia dos setores populares e defende que ela se diferencia da economia empresarial capitalista exatamente por sua lógica, que se caracteriza pela “reprodução ampliada da vida” e não pelo acúmulo de riquezas. Desta forma, aponta estas iniciativas como uma “alternativa” à economia capitalista, pois se desenvolve principalmente nos períodos de forte desassalariamento nos países em desenvolvimento, mas ainda não possui a organicidade necessária para contrapor-se ao sistema hegemônico.

Para este autor, a economia dos setores populares surge como resposta aos processos de exclusão e à pobreza a que foi submetida uma grande parte da população mundial, sendo a unidade doméstica - a família - a célula desta economia popular.

“...A unidade doméstica, como microunidade de organização dos sistemas de reprodução, é a célula da economia popular, da mesma forma que as empresas, como microunidades de produção do capital são a célula da economia capitalista.”
(CORAGGIO, 2000, p. 95).

Desta forma, ele desenvolve a idéia de “reprodução ampliada da vida”, em que o trabalho realizado pelos membros das famílias dos setores populares é utilizado, *a priori*, para comprar os meios de vida ou os meios de produção que são requeridos na produção/reprodução da unidade doméstica, não implicando necessariamente no aumento de bens materiais. A melhoria da qualidade de vida das famílias derivaria das mudanças na qualidade de consumo e dos novos padrões sociais desenvolvidos.

Assim, este autor chega ao conceito da “Economia do Trabalho”, que é um conjunto integrado das múltiplas atividades econômicas de produção e reprodução comandadas pelos trabalhadores.

Neste sentido, a *economia do trabalho* (que se desenvolveria a partir da economia dos setores populares) proposta por Coragio (2000) não se resumiria à economia desenvolvida pelas unidades domésticas isoladamente, nem tampouco do conjunto agregado de tais células de produção. Ela representa todos os membros da sociedade, buscando a “reprodução ampliada da vida.”

É oportuno chamar atenção para o debate contemporâneo sobre a revalorização da agricultura familiar e da necessidade da reforma agrária como estratégias de desenvolvimento e, também, como formas de possibilitar a “reprodução ampliada da vida” destas famílias, uma vez que estas unidades de produção familiar quase sempre se orientam por uma lógica econômica diferente da capitalista. Neste sentido observa Chayanov (1981, p.183-184):

“...não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada.”

Para França Filho e Laville (2004), o termo *economia solidária* identifica hoje uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica em torno das chamadas novas formas de solidariedade. Observa-se, de fato, a emergência e desenvolvimento de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas. Para estes autores, as experiências concernentes à *economia solidária* revestem-se de três dimensões plurais e híbridas: econômica, social e política. Singer (2002) afirma que

...“para arrancar os marginalizados da situação de pobreza a que foram levados, não basta lhes transferir renda, é preciso lhes proporcionar meios de produção e os recursos culturais, ou seja, é preciso mobilizar as comunidades, motivá-las a se organizar, cooperar e integrar solidariamente”.

Ele reconhece na *economia solidária* a germinação de formas “alternativas” da vida econômica e social movidas pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies, ligadas contratualmente por laços de solidariedade:

“a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER, 2000a, p. 13, grifo nosso).

Para este autor, a *economia solidária* não é a criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas, da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon, etc.), denominados “utópicos”, tenham dado contribuições decisivas para seu desenvolvimento: “a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo” (Singer, 2000a, p. 13) .

Nunes (2002) observa que a *economia solidária* tem herança histórica comum com a *economia social*, ou seja, européia, e dá ênfase especial ao aspecto democrático da organização do trabalho, em que predominam o estatuto associativista e, em alguns casos o cooperativista. Para a autora,

...”as iniciativas de economia solidária articulam as dimensões sociais, econômicas e política em uma só ação coletiva e são experiências que se abrem para o espaço público, no sentido da busca de transformações sociais amplas.” (NUNES, 2002, p.60)

Assim, para compreender a lógica da *economia solidária* é fundamental considerar a crítica operária e socialista ao capitalismo. O que ela condena no capitalismo é, antes de tudo, a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção: todos os que trabalham na empresa só podem fazê-lo por vontade do capitalista, que pode demitir qualquer um, tão logo sua vontade mude.

Para Singer, há indiscutivelmente forte afinidade entre as classes trabalhadoras e os princípios que regem a *economia solidária*. Desta forma, nem todos os trabalhadores rejeitam o capitalismo, mas a maioria deles o faz e, por isso, quando se associam para produzir, comprar, vender ou consumir, o fazem de formas solidárias:

Fica em aberto a questão se esta afinidade se deve a um cálculo probabilístico que mostra à maioria dos trabalhadores que suas chances de ascender à classe dominante são mínimas ou se o anticapitalismo da maioria dos trabalhadores decorre da sua

consciência de classe, adquirida com a prática da luta de classes ao longo da vida.
(SINGER, 2000a, p.15)

Para este autor, a *economia solidária* constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção – a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro, que fazem parte de um conjunto de iniciativas que não visam ao lucro capitalista, e sim a excedentes para distribuir e investir –, está construindo práticas que abrem a possibilidade de que esta se torne

“...uma alternativa real ao capitalismo, na medida que a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientize de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social.” (Singer, 2002, p. 87) .

Diferentemente de Coraggio, este autor afirma ser a cooperativa a unidade básica da *economia solidária*:

“...eu diria que a economia não capitalista se caracteriza basicamente por princípios socialistas e cooperativistas [...], ou seja, são empresas igualitárias, em que a posse da empresa é de todos os que trabalham nela, por igual.” (SINGER, 2000b, p. 147)

3. OS DESAFIOS A SEREM SUPERADOS

Observa-se claramente neste debate dois grandes desafios. O primeiro diz respeito à retomada do significado do trabalho. Neste sentido, Arruda (2001, p.120) questiona: “será que a crise gerada por um sistema que promove o crescimento econômico conjugado com crescente desemprego e apartheid social é uma crise do trabalho humano?”

A literatura tem tratado a questão do trabalho entre os pólos de centralidade e perda da centralidade. Neste sentido, observa Oliveira (2000, p.70):

“...O debate contemporâneo, se dicotomiza entre uma posição que considera que o trabalho continua sendo fundante da própria sociabilidade capitalista e a posição no

outro extremo que nega tal centralidade, embora reconheça que o trabalho continua a existir, apenas tendo perdido a virtualidade heurística de chave para a compreensão e transformação da sociedade.”

Para Catani (2003), o desafio que se coloca para “a outra economia” é reafirmar a importância fundamental do trabalho para os indivíduos e para a sociedade, importância esta dada pelas dimensões libertárias ou opressoras. Para este autor, não basta existir orçamento participativo, empoderamento da associação de bairro, uma intensa vida cultural emancipatória, e continuar submetido ao trabalho repetitivo, desprovido de sentido, alienado, explorado, seja ele executado na empresa capitalista padrão ou nas formas institucionais alternativas. Da mesma forma, o fato das cooperativas e das empresas autogestionárias não constituírem um universo apartado da economia capitalista pode levar à internalização dos mesmos princípios concorrenciais, à intensificação do trabalho executado sob regras hierárquicas e autoritárias, enfim, à auto-exploração isso é uma realidade onde cooperativas de agricultores familiares criam agroindústrias que se regem pela lógica do capital. Os casos da Cotrijuí no Rio Grande do Sul, da Cotia em São Paulo e da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia- APAEB - na Bahia são emblemáticos. Arruda (2000, p.128) afirma que:

“...é preciso reconceituar o trabalho, desligando-o das meras tarefas da sobrevivência. O ser humano está na Terra não apenas para sobreviver, mas para realizar seus potenciais superiores de prazer, bem-estar, comunhão e felicidade. É capaz de transformar o mundo e criar o novo através da ação consciente sobre si próprio, sobre a natureza e sobre todo o grupamento humano.”

Neste sentido, observa Singer (2000,p.15) que:

“...seria um erro supor que a economia solidária é a única opção de sobrevivência das camadas mais pobres e excluídas das classes trabalhadoras. Não é verdade que a pobreza e a exclusão tornam suas vítimas *eminentemente solidárias*. O que se observa é que há muita solidariedade entre os mais pobres e que a ajuda mútua é essencial à sua sobrevivência. Mas esta solidariedade se limita aos mais próximos, com os quais a pessoa pobre se identifica...mas muitos deles aceitam e internalizam os valores do individualismo que fundamentam a instituição do capitalismo.”

O segundo desafio a ser enfrentado pela *economia solidária* é a demarcação precisa entre as verdadeiras alternativas de construção social, econômica e política e as práticas conservadoras gestadas dentro do chamado terceiro setor. Práticas estas sustentadas pelo charme cativante do trabalho voluntário, das parcerias cidadãos, das empresas sociais, em que se observa uma tentativa do capital de preservar privilégios, assegurando a legitimidade elitista na condução dos processos sociais.

Há exemplos de que, ao longo da história ocidental, para frear ameaças, parte das elites política, econômica e também intelectual valeu-se ora da piedade, ora da força. Atualmente, a ofensiva caritativa conservadora disputa terreno com as verdadeiras iniciativas solidárias e emancipatórias, mas, se não obtiver resultados, sua estratégia certamente poderá ser outra.

Neste sentido, vale chamar a atenção também para as falsas cooperativas, que atualmente proliferam em várias partes do globo, em especial nos países periféricos. Estas cooperativas de fachada, criadas muitas vezes como departamentos de produção disfarçados, funcionam como verdadeiros postos avançados, coordenadas e controladas por uma empresa capitalista:

“...o que acontece nestes casos é um enorme retrocesso no que se refere às relações de trabalho, na medida que estes trabalhadores não têm as vantagens que as cooperativas autênticas trazem e têm todas as desvantagens das relações de mando e dominação assalariada.” (GAIGER, 2000, p. 171)

4. AS DIMENSÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.

4.1 Dimensão Econômica

Laville, citado por França Filho (2004), compara a dimensão econômica das práticas de economia solidária a três pólos de produção e distribuição que o autor chama de *mercantil*, *não mercantil* e *não monetário*. O primeiro, diz respeito à economia de mercado, enquanto o segundo, à economia de redistribuição ou estatista e o terceiro compreende um vasto terreno de atividades não monetárias

como a autoprodução, o benevolato ou voluntariado (dáviva de si mesmo e de seu próprio tempo) e o trabalho doméstico. Assim, para este autor, a *economia solidária*

...”constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não mercantil e não monetária. [...] ao invés de ser pensada como uma nova forma de economia que viria a ser acrescentada às formas dominantes de economia no sentido de uma eventual substituição.” LAVILLE (*apud* FRANÇA e DZIMIRA, 1999, p.146).

Nestas experiências, portanto, integram-se as três dimensões, não se deixando apreender sob a figura única do “puro” mercado, conhecido apenas por alguns economistas. Os recursos destas iniciativas são plurais: mercantil, pela venda de produtos ou prestação de serviços; não mercantil, através de subsídios ou acordos e contratos junto a instituições públicas; e, não monetárias, através de contribuições voluntárias, principalmente sob a forma do benevolato. Por outro lado, a *economia solidária* refere-se ainda a experiências em que “o emprego não tem um fim em si mesmo”, parece representar muito mais um meio para “novas” descobertas de sentido na elaboração em comum de projetos sociais e econômicos.

4.2 Dimensão Social

Por outro lado, baseadas em solidariedade, estas iniciativas contribuem para a recriação das relações, muito importante no atual contexto de apatia social e de fechamento do indivíduo em si mesmo. Para Laville, citado por França e Dzimira (1999, p. 147), existe um traço comum nestas experiências de *economia solidária*: “pessoas se associam para desenvolver em conjunto atividades econômicas que contribuem para reforçar a coesão social e a criação de emprego, ao mesmo tempo”. Em outras palavras, as pessoas, ao se associarem para encaminhar seus projetos, acabam por ir muito mais além da busca do retorno econômico, transcendendo aos interesses utilitários.

4.3 Dimensão Política

Estas experiências revestem-se igualmente de uma dimensão política, também sob o signo da pluralidade e da hibridação. Primeiramente, assentam-se sobre o debate de idéias diversas no interior e na fronteira da associação, que permite a expressão das diferenças que se apresentam a montante e a jusante do grupo associado. Alguns autores enxergam aí um lugar de expressão da cidadania e de aprendizagem da democracia.

São caracterizadas também por um “impulso recíproco”, não somente no seu interior, como na fronteira, no seio da esfera pública. Estas experiências podem representar fôlego para a participação cidadã, ao reativarem uma certa forma de democracia direta, que viria em complemento à nossa democracia representativa:

...“elas contribuem para tornar a democracia mais viva, pois esta é a emanção dos próprios atores da sociedade civil que tomam a palavra a propósito dos problemas concretos que eles enfrentam.” LAVILLE (*apud* FRANÇA e DZIMIRA, 1999, p. 148).

Desta forma, ao enfrentar certas problemáticas através da criação, produção ou realização de serviços, a *economia solidária* interroga o poder público quanto à sua ação e/ou omissão.

Enfim, esta dimensão política afirma-se ainda no sentido de que os projetos desenvolvidos conjuntamente (de forma associativa ou cooperativa) visam a uma mudança institucional (e não simplesmente à produção ou prestação de serviços) na perspectiva de um melhor viver:

...“de fato estas experiências estimulam nas pessoas a prática de iniciativa e da autonomia, através destas ações as pessoas tomam consciência da possibilidade de não mais estarem submetidos às crises, mas tornarem-se sujeitos do seu próprio futuro, mesmo que seja em um nível modesto. [...] descobrem-se assim, que certos campos de atividade podem dar lugar a algo mais que uma nova forma de consumo ou uma ação caritativa e que eles podem consolidar modos de socialização portadores de um “melhor viver”. É a razão pela qual elas podem ter um significado profundamente político.” LAVILLE (*apud* FRANÇA E DZIMIRA, 1999, p.149).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As idéias apoiadas nas práticas de *economia solidária*, que estão em curso há muito tempo e em diversas partes do mundo, apontam para a construção de novas racionalidades econômica, política, social e cultural que, mesmo inacabadas e trazendo uma série de desafios, já não podem mais passar despercebidas dentro do quadro de escolhas, no momento de se formular políticas de desenvolvimento.

Neste sentido, o estudo e o entendimento de práticas sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais, que apontem para uma perspectiva transformadora das relações desiguais (que geram resultados alarmantes em termos de exclusão nas varias partes do globo), torna-se de fundamental importância para a compreensão dos mecanismos utilizados pelas populações, por enfrentar o desafio contemporâneo de superação das extremas desigualdades à que são submetidas parcelas crescentes da população mundial.

Percebe-se, também, que a aparente divergência teórica quanto ao caráter das iniciativas da *economia solidária* como sendo “alternativa” para alguns autores e “alterativa” para outros, não se sustenta como divergência, na medida em que os autores explicitam seus pensamentos. O termo *alternativo* possui a mesma dimensão do termo *alterativo*, no momento em que ambos identificam nas iniciativas de *economia solidária* um conjunto de elementos estruturais que as diferenciam do sistema hegemônico e que apresentam como objetivo a transformação das relações políticas, sociais, culturais, econômicas e ambientais nas sociedades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação)**. Salvador, BA: Cadernos CRH, jul./dez. 2002 (n.37 / 2002).

ARRUDA, M. O “feminino criador”: socioeconomia solidária e educação. In: ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos - uma visão a partir do Sul**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, cap. VI, p. 119-143.

BAIARDI, Amílcar. Cultura e capacitação para o desenvolvimento sustentável: uma proposta com enfoque local. In: BAIARDI, Amílcar; OLALDE, Alicia Ruiz; NACIF, Paulo G. Soledade. **A dimensão cultural, institucional e a interdisciplinaridade no desenvolvimento local sustentável**. Cruz das Almas, Bahia: UFBA / Escola de Agronomia / Programa de Pós Graduação em Ciências Agrárias, 2003. p. 1-26.

BERTUCCI, Ademar de Andrade. Economia popular solidária. **Revista de conjuntura**. Brasília; Carecon/DF, ano II, n. 11, p. 17-24, jul./set.. 2002.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da. (Orgs.). **20 anos de economia popular solidária**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003. 145 p.

BOOF, L.; ARRUDA, M. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do sul**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 208 p.

BAIARDI, A.; MENDES, J: **Invenção tecnológica e trabalho: evolução e um breve enfoque sobre a contemporaneidade do relacionamento: IX Encontro Nacional de Economia Política – CEP de 8 a 11 de Junho de 2004; Uberlândia - MG**

CATTANI, A. D. (Org.) **A outra economia**. 1 ed. Porto Alegre, RS: Veraz Editores, 2003. 312 p.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. Tradução: José Bonifácio de S. Amaral Filho. In: SILVA, José Graziano da.; STOLCKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária**. Tradução: Edgard Afonso Malagodi; Bonifácio de S. Amaral Filho; Sandra Brizolla. 1. Ed. Brasiliense, SP, 1981. p. 133-164.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares a economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. 1. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000. p. 91-141.

CORRAGIO, J. L. Economia do trabalho. In: Fundação Luiz Eduardo Magalhães. **Economia Solidária: desafios de um novo tempo**. Salvador, BA: Cadernos FLEM, 2003, n. 5, p. 33-52.

FRANÇA FILHO, G.; DZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. **Revista Organizações e Sociedade**. Escola de Administração/UFBA, Salvador, BA, v. 5, n. 14, p. 141-183 jan./abr. 1999.

FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLLE, J. L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. 1. Ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004. 200 p.

GAIGER, L. I. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. 1. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador : CESE: UCSAL, 2000. p. 167-198

KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. 1. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000. 246 p.

NUNES, D. A construção de uma experiência de economia solidária num bairro periférico de Salvador. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, BA, SEI, v. 12, n.1, p. 59-76, jun. 2002.

OLIVEIRA, F. A crise e a utopia do trabalho. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. 1. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador : CESE: UCSAL, 2000. p. 65-90

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 514 p.

SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária**. Tradução: Edgard Afonso Malagodi, Sandra Brizolla e José Bonifácio de S. Amaral Filho. Brasília: Brasiliense, 1981. 163 p.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, A. R. de (Orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 1 ed. São Paulo: Contexto, p. 11-28, 2000a.

SINGER, P. Economia dos setores populares: propostas e desafios. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. 1. Ed. Petropolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, p. 143-161, 2000b.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2000. 360p.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 128 p.

A REDE PINTADAS: UM EXEMPLO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SERTÃO BAIANO.

RESUMO: Neste artigo, utilizando o referencial teórico da economia solidária, far-se-á um estudo da “Rede Pintadas” – organização social do município de Pintadas, que está localizado no semi-árido baiano.

Procura-se explicitar seus antecedentes históricos, suas práticas, mecanismos de participação e de gestão coletiva e também sua racionalidade político-econômica, sócio-cultural e ambiental, buscando o entendimento das inter-relações desenvolvidas pelos diferentes atores que a compõem no processo de construção de alternativas de desenvolvimento sustentável para o município.

Palavras-chave: Rede Pintadas, economia solidária, desenvolvimento sustentável.

**THE “PINTADAS NETWORK”: AN EXAMPLE OF RECIPROCAL ECONOMICS
IN THE INTERIOR OF BAHIA, BRAZIL.**

Abstract: In this paper a study will be made of the “Pintadas Network”, a social organization of the Pintadas municipality located in a semi-arid area of the interior of Bahia, Brazil. The reference utilized is the theory of reciprocal *economics*.

For this study, we took into consideration the history of the project, its practices, mechanisms of participation and collective management as well as the economic, political, social, cultural and environmental rationales, attempting to understand the inter-relationships developed by the varied participants in the process of constructing alternatives to a sustainable development for the municipality.

Key words: “Pintadas Network”, reciprocal economics, sustainable development

CAPÍTULO 4

**A REDE PINTADAS: UM EXEMPLO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SERTÃO
BAIANO**

1. ANTECEDENTES

Pintadas é um pequeno município situado no semi-árido baiano, de 10.927 habitantes, sendo 65% residentes da área rural e 35% da zona urbana,. Mesmo apresentando indicadores econômicos característicos de uma cidade pobre, possuindo uma renda *per capita* de cerca de R\$ 229,00, vem chamando a atenção por seu nível de organização social, chegando a construir uma articulação de entidades denominada Rede Pintadas.

Neste artigo, é feito o estudo desta Rede, criada oficialmente em 13 de maio de 2003, com a denominação de Associação das Entidades de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Pintadas, ou simplesmente Rede Pintadas, como é mais conhecida. Serão analisados seus antecedentes históricos, suas práticas, mecanismos de participação e gestão coletiva, sua racionalidade político-econômica, sociocultural e ambiental, buscando o entendimento das inter-relações desenvolvidas pelos diferentes atores que a compõem. Esta tarefa reveste-se de grande relevância, na medida em que estas práticas possivelmente apontam para a superação das divergências próprias do Sistema Capitalista, que separa as dimensões política e econômica das dimensões social, cultural e ambiental. Já existem outros estudos que tratam das ações desta iniciativa, entretanto, utilizam quase sempre o referencial teórico do Capital Social.

Para este estudo, é utilizada a lente do referencial da *economia solidária*, por entender-se esta referência como a mais adequada para compreender as razões da formação da Rede, sua evolução histórica e, acima de tudo, para explicitar seus objetivos estratégicos, que ultrapassam a criação de alternativas de convivência de forma subalterna e precarizada com o Sistema Capitalista. Na medida em que são desenvolvidas, um conjunto ações comunitárias multidimensionais, de forma democrática e autogerida, podemos perceber o (re)nascimento de outras formas não capitalistas.

O caráter multidimensional e participativo desta iniciativa aproxima-a do termo *economia solidária* que, segundo França Filho e Laville (2004), “identifica hoje uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica em torno das chamadas novas formas de solidariedade”. De fato, observa-se a emergência e desenvolvimento de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas. Para estes autores, as experiências concernentes à *economia solidária* revestem-se de três dimensões, plurais e híbridas: econômica, social e política:

...”Importa salientar que, sobre este termo, parece repousar um valor heurístico fundamental: aquele de pretender refletir uma tendência atual, verificada em diferentes partes do mundo, de proliferação de iniciativas autônomas de grupos organizados na sociedade civil, com o intuito de produção de atividades econômicas de modo distinto daquela praticada no mercado...um traço comum que mais parece caracterizar tais iniciativas é o fato de elas incorporarem a solidariedade no centro da elaboração das elaborações econômicas, e ainda, considerarem tais atividades apenas como um meio para a realização de outros objetivos, sejam eles de natureza social, política ou cultural.”
(FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.16)

Como se pode perceber, a lógica da ação coletiva, que leva os atores sociais a atuarem como protagonistas do processo de desenvolvimento, é investigada nesta dissertação como uma identidade entre desenvolvimento sustentável, *economia solidária* e inclusão social ou, simplesmente, *desenvolvimento includente*.

A *economia solidária*, vista como uma construção social, dá visibilidade aos movimentos sociais como seus protagonistas, pois estes levam consigo um projeto de mudança e buscam reequilibrar a correlação de forças existentes, ao inspirarem uma prática política participativa e ao proporem o fortalecimento cultural, político, econômico e social, para que o país ou região venha a inserir-se de forma mais soberana no espaço global.

Vale salientar que o que está em questão é um projeto de mudança para uma sociedade marcada por desigualdade. Neste sentido, é o rompimento com uma situação de dependência e exploração que requer um processo de desenvolvimento

includente, que, por sua vez, envolve a participação ativa da sociedade civil organizada, para que seja realmente exeqüível.

Para definir iniciativas desta natureza, Arruda (2001) fala em “Socioeconomia Solidária” como um movimento que transcende as iniciativas restritas ao econômico. Para ele, além das transformações institucionais na esfera sócio-econômica, este movimento implica mudanças profundas no nível das relações sociais e culturais: envolve mudanças na visão de mundo e paradigmas, valores, atitudes, comportamentos, modos de relação, aspirações, paixões e desejos.

Com esta abordagem, pretende-se contribuir para a ampliação do nível de percepção do caráter transformador desta iniciativa, buscando enxergá-la não como uma iniciativa coletiva de busca de meios para a sobrevivência em condições precarizadas, já pré-estabelecidas pela lógica do sistema. Ao contrário, percebe-se um questionamento permanente do que é dado como inalterável e da convicção de que a radicalização da democracia leva à construção de algo novo e superior, em que os papéis e limites de cada organização e de cada dimensão do desenvolvimento estão em contínuo movimento de interação e complementação, produzindo uma dinâmica inovadora e transformadora de pensar e agir política, social, cultural e economicamente.

Parte-se do pressuposto de que a ação coletiva dos diferentes atores que compõem a Rede exerce papel relevante no exercício de pensar, debater e propor alternativas de desenvolvimento, entendido não apenas como o crescimento econômico, mas sim, como um processo que envolve o enfrentamento de múltiplos desafios e compromissos coletivos.

A hipótese central é de que a constituição de uma rede multi e interinstitucional cria um sistema eficaz de gestão e controle por meio desta mesma rede de interação social, sustentada pela articulação e pelos laços de confiança entre a comunidade e as organizações, dinamizando as oportunidades sociais, culturais, financeiras e ambientais no município.

Assim, a atuação destas diferentes entidades na construção ativa de um outro projeto de desenvolvimento para o município – que seja inclusivo e participativo – ganha maior sentido quando a ação social, cultural e política da comunidade imbricam-se à realização econômica, dando-lhe pluralidade. Deste modo, a ação coletiva é capaz de gerar novas possibilidades de interação e integração econômica,

para ser politicamente válida enquanto proposta transformadora. Não se trata de mais uma visão determinista dos aspectos econômicos, mas dos mesmos vistos na complexidade que envolve o contexto do município, das suas limitações, potencialidades, carências e abundância.

Nesta ação, a comunidade deixa de ser constituída por espectadores perplexos diante de um processo de “fragmentação” regional e de “globalização”, que vem aprofundando desigualdades, e passa a agir como protagonista do processo de construção histórica, buscando construir coletivamente alternativas que, ancoradas em práticas solidárias, democráticas e cooperativas, promovem o enfrentamento dos desafios e das adversidades para a construção de um processo de desenvolvimento democrático, solidário, inclusivo e participativo.

Entende-se que as estratégias utilizadas para o enfrentamento comunitário das dificuldades naturais, políticas e estruturais, que conduzem a consequências sociais previsíveis, comuns à quase totalidade dos pequenos municípios do semi-árido brasileiro, revelam a atitude consciente e organizada de um povo que não aceita a miséria como única opção, e muito menos a tese do determinismo geográfico para explicar o subdesenvolvimento. Ao contrário, estão refletindo e construindo coletivamente alternativas apropriadas de desenvolvimento que integram o resgate da cultura popular, de convivência harmoniosa com o bioma caatinga, a incorporação de novas tecnologias apropriadas, o resgate e o fortalecimento dos símbolos, festas e tradições da cultura local, tudo isso articulado a uma ação política e econômica, desenvolvendo, desta forma, um sistema integrado de pensar e agir política e economicamente. Este caminho percorrido pela Rede Pintadas rompe com a lógica do dividir para dominar e adota a estratégia do cooperar para que todos vençam. Desta forma, estão construindo a cada desafio enfrentado e superado uma outra lógica política, econômica e social.

Esta ação coletiva e consciente das comunidades de Pintadas, articuladas em torno da Rede, alia-se ainda com o pensamento de Amyrta Sen sobre *desenvolvimento humano*, quando o autor o define como “ampliação da capacidade de escolha”. Esse conceito é relevante na medida em que se contrapõe à idéia de um modelo único de desenvolvimento, ou seja, questiona o etnocentrismo do mundo globalizado e abre espaço para certo relativismo cultural.

Ao enfatizar-se a ação da “Rede Pintadas” na região do Semi-árido baiano, pretende-se dar visibilidade às iniciativas da sociedade civil voltadas à ampliação das escolhas dentro do processo de desenvolvimento, pois a sociedade – com destaque para os milhares de trabalhadores que foram excluídos no processo de desenvolvimento nos marcos do capitalismo globalizado – está construindo novas formas de fazer e pensar economia e política, forjando outros conteúdos para o desenvolvimento, e superando seu caráter estritamente econômico para ser tantos outros: humano, sustentável, endógeno, solidário, democrático, etc. Para ser plural e justo, o desenvolvimento deve ser (re)construído socialmente, levando em conta a pluralidade e a diversidade de cada lugar.

2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO: A REALIDADE ENCARADA COMO DESAFIO

O município de Pintadas foi criado em 1985, quando foi desmembrado de Ipirá. Está localizado a aproximadamente 250 quilômetros da capital – Salvador - e ocupa uma área de 531,40Km², possuindo população de 10.927 habitantes, sendo 4.262 homens e 4.293 mulheres. Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, pertence à microrregião de Feira de Santana e, de acordo com a regionalização do Estado da Bahia, feita pela SEI – Superintendência de Estudos e Sociais da Bahia –, pertence à região econômica do Paraguaçu e vincula-se à região administrativa de Feira de Santana.

Tabela 1 - População por localização e por sexo

Município	População		Urbana		Rural		Área (km ²)	Densidade Demográfica (hab/km ²)
	Total		Homem	Mulher	Homem	Mulher		
Pintadas	10.927		1.978	2.098	3.509	3.342	531,4	20,56

Fonte: SEI (2000).

2.1 Cobertura Vegetal, Clima, Relevo e Solos.

Predomina a Caatinga em todo o território, com a vegetação herbácea característica. O clima é quente e seco – também característico de regiões semi-áridas – as precipitações médias ficam em torno 470mm/ano, variando de 160mm a 1.043mm. Os solos são pouco profundos, variando de média a alta fertilidade, ocorrendo em menor percentual solos de baixa fertilidade e elevado teor de alumínio. Predominam os solos eutróficos, o que caracteriza aptidão para o uso agrícola, sem a necessidade de grandes dosagens de adubação.

Este sistema ambiental apresenta grande fragilidade e sofre agressões contínuas com a exploração desordenada dos recursos naturais, em especial o desmatamento para a extração de madeira e lenha e, também, a retirada da cobertura vegetal nativa para a implantação de pastagens.

A exemplo de outras regiões semi-áridas do mundo, esta apresenta solos com baixa capacidade de retenção de umidade, baixo teor de matéria orgânica, elevada taxa de evaporação – situada em torno de 2.000 mm/ano –, alta propensão para a erosão e temperaturas elevadas durante todo ano, variando entre 23 e 28°C. Estas características, associadas à má distribuição das chuvas, têm provocado secas e constituído-se em um grande obstáculo à produção de alimentos na região.

2.2 Características socioeconômicas.

A economia do município é essencialmente agrícola. As atividades econômicas urbanas são menos relevantes, girando em torno de um pequeno comércio, que depende basicamente da renda de aposentadorias, pensões e de programas governamentais como o Bolsa Família.

Existe uma grande dependência do município das transferências estaduais e federais, que servem basicamente para custear os gastos da estrutura administrativa, o atendimento a uma parte das demandas sociais e para a manutenção dos serviços de educação e saúde, sobrando muito pouco recurso para investimentos em infra-estrutura rural e urbana.

TABELA 2 - Evolução do IDH-M de municípios baianos 1991 - 2000

Bahia / Município - BAHIA	1991		2000	
	(IDH - M) 0,601	CLASSIFICAÇÃO NO ESTADO	(IDH - M) 0,693	CLASSIFICAÇÃO NO ESTADO
Pintadas	0,501	247	0,625	194
Ipirá	0,523	167	0,609	255
Mairi	0,525	156	0,605	278
Baixa Grande	0,508	229	0,66	75
Capela do Alto Alegre	0,544	110	0,634	165
Pé de Serra	0,513	205	0,63	178

Fonte: SEI 2000

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o nível de desenvolvimento humano, utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB – Produto Interno Bruto – *per capita*).

Este índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). IDH até 0,499 é considerado baixo; índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e IDH superior a 0,800 é considerado alto desenvolvimento humano.

Entre 1991 e 2000, o município de Pintadas evolui de uma condição de fronteira com a linha de baixo desenvolvimento humano (0,501), quando ocupava a posição de número 247 entre os 417 municípios baianos, para um IDH-M 0,625, o que elevou sua posição para 194, ficando acima de municípios vizinhos e maiores, como Ipirá e Mairi.

Tabela 3 - Índice de saúde, nível de educação, de oferta de serviços básicos e de renda de chefes de família – Ipirá e Pintadas: 2000

Componentes				
Bahia/Município	Índice do Nível da Saúde (INS)	Índice do Nível de Educação (INE)	Índice de Oferta de Serviços Básicos (ISB)	Índice de Renda Média dos Chefes de Família (IRMCH)
Pintadas	4.982,44	4.977,88	4.959,90	4.982,33
Ipirá	5.017,53	4.963,18	4.975,63	4.999,44

Fonte SEI 2000

O INS – Índice do Nível de Saúde – é construído a partir das variáveis doenças de notificação obrigatória e óbitos por sintomas, sinais e afecções mal definidos (este último entendido como indicativo de deficiência do atendimento médico). O INS pressupõe que se a população estiver bem assistida na área de saúde e saneamento, os níveis de ocorrência das doenças redutíveis por imunização e saneamento básico tendem a ser baixos. (SEI, 2000)

O INE – Índice do Nível de Educação – é expresso através de medidas quantitativas do atendimento em serviços de educação, na forma de matrículas de ensino do pré-escolar ao nível superior. (SEI, 2000)

O ISB – Índice dos Serviços Básicos – é expresso através das variáveis consumo de água tratada e de energia elétrica residencial, considerados serviços essenciais.

O IRMCH – Índice de Renda Média dos Chefes de Família – expressa o rendimento médio dos chefes de família, supondo toda unidade familiar, com um chefe auferindo rendimento mensal. (SEI, 2000)

2.3 Estrutura fundiária

A estrutura fundiária do município de Pintadas é semelhante ao perfil de distribuição de terras em todo o território do semi-árido brasileiro. Desde meados do século XIX quando se intensificou a ocupação do território, as grandes fazendas com área de 500 ha a 5000 ha são predominantes, o que torna a estrutura agrária altamente concentrada.

Tabela 4 - Situação fundiária em Pintadas, 1989

Tipos de Agricultores	Área da propriedade (ha)	%dos produtores	% de terras do município
Agricultores sem terra ou com minifúndios improdutivos	< 4 ha	19%	2%
Agricultores com minifúndios e atividade pecuária	5 ha < área < 20 ha	40%	13%
Pequenos proprietários	20 há < área < 80 ha	36%	32%
Médios proprietários	80 há < área < 500 ha	3%	11,5%
Grandes proprietários	Área > 500 ha	2%	41,5%

Fonte: Pintadas – Perfil Sócio Econômico do Município, 2000.

Com esta estrutura fundiária concentrada, com um grande número de pequenas propriedades, agricultores com pouca ou nenhuma terra e sem recursos para realizar investimentos para melhorar a infra-estrutura produtiva são obrigados a se arriscar em cultivos de lavouras de baixo rendimento.

Tendo como atividade predominante a pecuária de corte extensiva, que se caracteriza por ser uma atividade de baixo uso de mão-de-obra, observa-se um cenário de permanente escassez de emprego no município. Este fato obriga centenas de jovens da zona rural e urbana a migrarem para o Centro Sul do país, especialmente para a zona canavieira do estado de São Paulo. Os trabalhadores vão no início da colheita e retornam ao final da safra, fazendo um ciclo de migração sazonal que se repete todos os anos. De acordo com Philippe e Dominique Albert (1989), no ano de 1993, este fenômeno atingiu 30% da população economicamente ativa do município.

“Há 15 anos atrás a mentalidade era fazer 18 anos, tirar os documentos, e ir pra São Paulo... hoje, até os que saem, quando eles retornam, a gente conversa. Eles colocam assim: se eu achasse um jeito de viver aqui, não ia mais pra lá”. Muitos é porque a família tem pouca terra, não tem condições de tá desenvolvendo nenhum projeto, mas a vontade deles é de permanecer [...] Hoje você vê, início do mês de agosto é seca. Hoje a gente não vê ninguém falando da falta de água. Acho que com isso as pessoas

perceberam que a qualidade de vida muda, então não tem mais vergonha de ser da zona rural.” (informação verbal)³

2.4 Atividade agropecuária

A principal atividade econômica desenvolvida no município é a criação extensiva de bovinos e, secundariamente, o cultivo de lavouras temporárias e permanentes. As principais limitações para o desenvolvimento destas atividades estão relacionadas às adversidades climáticas, com a irregularidade das chuvas e também questões ligadas a aspectos estruturais, como a concentração fundiária, a insuficiência de créditos e assistência técnica.

As culturas predominantes são as desenvolvidas por agricultores de baixa renda que praticam agricultura familiar, cultivando principalmente produtos para a alimentação, como o milho, o feijão e a mandioca.

A pecuária é de fato a atividade econômica mais desenvolvida na região, com destaque para a bovinocultura de corte e, em menor escala, a de leite. Mais recentemente, vem sendo estimulado, através de programas municipais e da cooperativa de crédito do município (o SICOOB/Sertão - Sistema de Cooperativismo de Crédito da Bahia - Sertão), o desenvolvimento da criação de caprinos e ovinos, atividades quase desaparecidas da região em função da Lei do Pé Alto.

Os grandes fazendeiros criadores de bovinos postularam e conseguiram a aprovação desta lei, criada após 1964, que obrigava os criadores de cabras e ovelhas a conterem seus rebanhos com cercas de 8 a 10 fios de arame. Esta lei representou um forte empecilho para os pequenos criadores descapitalizados que, sem condições de fazer as cercas exigidas na lei, tiveram que se desfazer dos rebanhos, sendo que muitos deles migraram para o Centro-Sul do país.

³ Depoimento cedido pela diretora da Escola Família Agrícola – EFA – , em 2005.

3 A “REDE PINTADAS” – UMA TRAMA PARA SUPERAÇÃO DE DESAFIOS E CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO.

Neste item tratar-se-á do processo de evolução histórica do movimento social do município de Pintadas, desde o processo de organização iniciado por missionários católicos, tendo como base a “teologia da libertação”⁴ e as lutas assumidas pelas comunidades contra o processo de grilagem contra 16 famílias da comunidade do Lameiro – fato que é apontado como o início do processo de organização comunitária do município. Estas questões são abordadas nos sub-itens 3.1 e 3.2, respectivamente.

No item 3.3 aborda-se o processo de busca coletiva de alternativas de desenvolvimento que se concretiza com o projeto Pintadas BNDES.

No subitem 3.4, trata-se do processo de construção das entidades que hoje compõem a “Rede Pintadas”. No item 3.5 aborda-se como acontece a articulação destas diferentes entidades no espaço da Rede. No item 3.6 faz-se uma análise de como funciona a articulação destes diferentes atores e, finalmente, no item 3.7, apresentam-se algumas das ações desenvolvidas pela “Rede Pintadas”.

3.1 Antecedentes

Para entender o que hoje se chama Rede Pintadas, é preciso retornar ao início da década de 1980 e revisitar o surgimento do movimento social nesta época.

Sendo o município rico em tradições populares voltadas para o trabalho solidário e apoio mútuo, tendo expressões significativas de mutirões, como o “Boi Roubado”, a “Baleia” o “Boi de Mutirão”, a Igreja Católica encontrou, nos tempos das CEB’S (Comunidades Eclesiais de Base), um terreno fértil para ampliar e fortalecer práticas de solidariedade e partilha dos trabalhadores rurais do município de

⁴ A teologia da libertação é um movimento teológico que quer mostrar aos cristãos que a fé deve ser vivida numa práxis libertadora e que ela pode contribuir para tornar esta práxis mais autenticamente libertadora, neste sentido, o cristão é impelido a viver a práxis libertadora nas diversas épocas da história. O termo libertação foi cunhado a partir da realidade cultural, social, econômica e política sob a qual se encontrava a América Latina, a partir das décadas de 60/70 do último século.

Pintadas. Segundo Moura (2000), “fundamentados no espírito Cristão da “Teologia da Libertação”, os mutirões converteram-se em instrumento de trabalho a serviço da comunidade”.

“Neste trabalho da igreja de passar a mensagem do evangelho para que este fosse transmitido na vida, então se falava em fé e vida. E quando começou a se falar em fé e vida as comunidades começaram a buscar também questões como a solidariedade. Então as comunidades começaram a aderir, começaram a discutir seus problemas pessoais, problemas da família... desta forma, a gente descobriu com o tempo que haviam famílias sofrendo muito, sendo perseguidas, então as comunidades se juntaram e começaram a lutar em defesa destas famílias...” (informação verbal)⁵

Neste contexto de crescente conscientização e organização popular, um fato marcou profundamente a comunidade e a história do movimento popular em Pintadas: a Luta do Lameiro.

3.2 A Luta do Lameiro

Em 1985, teve lugar um processo de grilagem contra um grupo de 16 famílias da comunidade do Lameiro, zona rural do recém criado município de Pintadas. Este fato provocou uma forte reação dos agricultores que, apoiados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela Igreja Católica, organizaram um longo, forte e vitorioso processo de resistência em defesa das famílias agredidas.

A “Luta do Lameiro” - nome como ficou conhecido todo o processo de organização comunitária em reação à ação de grilagem -, é apontada como um fato de extrema importância para o fortalecimento dos laços de solidariedade na comunidade e para o entendimento da necessidade de organização comunitária, para o enfrentamento de problemas coletivos.

Após uma série de mobilizações, mutirões, negociações e manifestações populares, as terras da comunidade do Lameiro foram adquiridas pelo programa de reforma agrária do Governo Federal, o que garantiu a permanência das 16 famílias na área, agora na condição de assentadas.

⁵ Trecho da entrevista do presidente da Rede Pintadas.

No entanto, logo se percebeu que a terra era importante, mas que havia muito mais obstáculos a serem transpostos para que estas famílias pudessem ter uma vida digna, sem que precisassem migrar para outras regiões do país. E mais, percebeu-se também que esta era uma realidade de um número de pessoas muito maior do que as 16 famílias vítimas da grilagem, pois na verdade, a falta de terras, de crédito, de tecnologia apropriada, entre tantos outros problemas, era uma realidade de grande parte da população rural e urbana do município, fato este que serviu para estimular a troca de experiências entre as comunidades, o que gerou uma forte aproximação entre as pessoas. Assim, a “Luta do Lameiro” deixou um saldo positivo para muito além da sua amplitude pontual de levante coletivo contra a injustiça cometida às 16 famílias de posseiros.

3.3 O Projeto Pintadas/BNDES

Na busca de alternativas duradouras que contemplassem as múltiplas dimensões do desenvolvimento, a comunidade organizada e amadurecida com a “Luta do Lameiro” passou a demandar ações de caráter estratégico, contando com o apoio da CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional –, órgão ligado à Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Bahia. Foi, então, concebido o Projeto Pintadas.

O objetivo deste projeto era consolidar o processo organizativo e avançar na produção, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas através da formação de grupos de agricultores familiares (de 07 a 10 famílias, cada grupo). Neste projeto, cada família disponibilizaria de uma área de terra de 03 hectares por um período de 10 anos. Para permitir a participação de famílias sem terra algumas famílias que possuíam mais terra doaram uma área maior para o desenvolvimento das atividades do projeto. Desta forma, garantiu-se a inclusão de famílias que estariam excluídas, caso não houvesse esta ação solidária.

Na concepção do projeto, os investimentos e o trabalho seriam coletivos, garantindo a participação efetiva das famílias no processo de escolha das áreas para construir as estruturas de captação e armazenamento de água para a produção e das áreas para plantio, num exemplo claro de autogestão. Desta forma, entre 1989

e 1991 foram criados 32 grupos, o que envolveu 300 famílias de agricultores do município.

Este projeto teve financiamento do BNDES – Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social – da ordem de US\$ 1,5 milhões. Mesmo sendo recurso “a fundo perdido” os grupos decidiram criar um “fundo rotativo” com a devolução de 50% dos recursos recebidos, para que pudessem continuar beneficiando outras famílias, fundo este que até hoje continua existindo e atendendo a demandas das comunidades sendo que agora está servindo como fundo de aval para os financiamentos feitos com recursos (administrados pela cooperativa) do Governo Federal, através do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Hoje não existe mais nenhum destes grupos em funcionamento, no entanto, este projeto constituiu-se num importante espaço de experimentação de tecnologia e de fortalecimento da confiança entre as pessoas e favoreceu o contato das comunidades com organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais, muitas das quais continuam financiando projetos propostos pela Rede até hoje. Este projeto funcionou também como um instrumento para o fortalecimento da consciência política das comunidades, sendo assim, não pode ser avaliado como mal sucedido, sob pena de focar-se apenas os aspectos econômicos e desprezar-se os ganhos políticos e sociais advindos da iniciativa.

3.4 O Surgimento das Instituições

3.4.1 Escola Família Agrícola de Pintadas (EFAP)

Criada em 1996, a Escola Família Agrícola de Pintadas nasce para atender às necessidades geradas pelo Projeto Pintadas e pelas comunidades rurais, no sentido de garantir para os estudantes do meio rural uma educação adequada às demandas do campo. A EFA de Pintadas, como é chamada, faz parte da REFAISA – Rede das Escolas Família Agrícolas Integrada do Semi-árido – uma rede de escolas comunitárias que trabalham com a educação contextualizada, garantindo aos jovens do meio rural conteúdo e metodologia adaptada à realidade dos estudantes. Desta forma, as comunidades buscam motivar os jovens a permanecer no local

onde nasceram, através de uma educação que busca entender as especificidades do ambiente onde estão inseridos, a Caatinga, e valorizar a cultura e as tradições locais, garantindo, desta forma, mão-de-obra local qualificada para, atender as demandas por assistência técnica dos agricultores familiares, além de reforçar os laços de identidade das pessoas mais jovens.

Para adequar-se à realidade local, a EFA funciona em regime de alternância, garantindo para os estudantes um período de 15 dias na escola e 15 dias em casa, sendo, nos 15 dias em que ficam em casa, acompanhados por monitores que os orientam no desenvolvimento das práticas ensinadas na escola, em suas propriedades. Desta forma, garante-se a apropriação das tecnologias desenvolvidas na escola de forma muito mais rápida, além garantir que os jovens não se afastem por muito tempo das áreas de produção das suas famílias, permitindo assim a manutenção dos vínculos tão necessários para que estes jovens optem por permanecer no meio rural.

3.4.2 Cooperativa de Crédito Rural de Pintadas (SICOOB Sertão)

O fechamento da única agência bancária do município em 1988 causou uma série de transtornos para a população local, uma vez que as pessoas teriam que se deslocar cerca de 40Km até a cidade de Ipirá para resolver problemas simples, como o recebimento de benefícios previdenciários (aposentadorias, licenças e pensões, por exemplo).

Outro problema que se agravou com o fechamento da agência bancária foi o acesso ao instrumento do crédito pela população local, tanto para o financiamento das atividades rurais, quanto urbanas.

A solução encontrada pelas organizações populares foi a criação de uma cooperativa de crédito.

No dia 18 de janeiro de 1998 foi inaugurada a Credipintadas (atual SICOOB) com autorização do banco central e passou a ser o principal agente de crédito para o financiamento de ações de desenvolvimento para o município, captando recursos de associados correntistas e de outras fontes.

3.4.3 Cooperativa Agro-industrial de Pintadas (COOAP)

Esta cooperativa nasceu da necessidade de se buscar alternativas conjuntas de produção e principalmente de beneficiamento e comercialização da produção. Após terem acumulado uma experiência bastante dolorosa quando amargaram grandes prejuízos por não terem conseguido vender grandes safras de alho e cebola produzidas pelas famílias do Projeto Pintadas, as comunidades criam a COOAP, utilizando recursos arrecadados com as devoluções ao fundo rotativo, criado com o projeto Pintadas, constroem um abatedouro para caprinos e ovinos e passam a investir no fortalecimento da criação destes animais, por serem facilmente comercializados na região e também por serem bastante adaptados às suas condições climáticas.

3.4.4 Associação de Apicultores (ASA)

Surge no ano de 1999, a partir das discussões sobre as necessidades de diversificar a renda dos agricultores e incentivar a preservação da caatinga. O incentivo à criação de abelhas tem sido estimulado principalmente para aquelas famílias com pequena quantidade de terra, haja vista que nestas propriedades não seria possível a criação de ovinos ou caprinos, duas outras atividades econômicas estimuladas pelo projeto de desenvolvimento do município.

Inicialmente foram financiadas com recurso do fundo rotativo 03 colméias por família, para um grupo de 60 famílias, totalizando 180 colméias.

3.4.5 Movimento de Mulheres de Pintadas (MMP)

Desde a Luta do Lameiro, as mulheres de Pintadas possuem um papel de destaque no movimento de organização comunitária do município, a princípio, por força da ausência dos homens que estavam no centro-sul do país, em mais um ciclo de migração sazonal.

Desta forma, as mulheres Pintadenses exerceram (e exercem) um papel de extrema importância no processo de lutas, reflexão e proposição de ações coletivas que promovam a equidade das relações entre homens e mulheres.

O que começou por força da ausência dos homens, hoje é um movimento organizado, consciente das desigualdades históricas no tratamento e nos papéis socialmente reservados para homens e mulheres e da necessidade de incorporação deste debate como questão de relevância para a construção do verdadeiro desenvolvimento sustentável.

“Quando surgiu a Rede, surgiu devido à necessidade de que o centro comunitário estava fazendo um trabalho com os produtores rurais. Nós do movimento de mulheres também nos despertamos pra trabalhar com as produtoras rurais. A Paróquia tem o projeto Renascer, também estava indo às comunidades ensinar como criar uma cabra leiteira, como cuidar de uma cabra leiteira, aí veio a idéia de que todas essas entidades estavam todas buscando um jeito de sobrevivência, uma maneira de as pessoas ter a sua sustentabilidade no local onde mora, pra não precisar migrar, e no entanto essas entidades estavam soltas, mais ou menos fazendo o mesmo trabalho. Aí se juntou pra direcionar, a Rede era uma base de discussão e dali saía as ações. Hoje na Rede o movimento de mulheres continua com essa mesma ligação. Quando surge um elemento novo, tem a reunião da Rede, comunga com todas as entidades o elemento novo que surgiu, o movimento de mulheres na associação de mulheres. Então esse trabalho é conjunto” (informação verbal)⁶

3.4.6 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintadas (STR)

Nasce como delegacia do STR de Ipirá. Com a emancipação, o município de Pintadas, em 1985, ganha independência e, desde então, mantém uma participação ativa na defesa dos direitos dos agricultores familiares do município. Teve uma atuação considerada por muitos como fundamental para o desfecho positivo para as famílias vítimas de grilagem no caso da Luta do Lameiro e, ainda hoje, mantém-se ativo nas lutas populares e contribuindo para o fortalecimento da “Rede Pintadas”.

“No decorrer da história, a gente vai amadurecendo e nós então resolvemos nos associar em sindicato, por sermos da categoria dos trabalhadores rurais, então sindicato dos trabalhadores rurais. O Sindicato nasceu já com uma base consciente do que queria, então vai ser um sindicato forte, preocupado com a sua categoria [...] Ali tivemos de enfrentar pistoleiro, polícia, na audiências o juiz às vezes nos pressionando achando

⁶ Trecho da entrevista com liderança do Movimento de Mulheres de Pintadas, em 2005.

que a gente tava incentivando a ocupação de terra, aquele negocio todo, ameaça de cadeia, mas nós resistimos a isso tudo e no dia de entregar a posse aos posseiros, o diretor do INCRA disse: “ Se isso aqui foi revertido pra vocês, foi graças ao movimento de vocês, porque por via legal, justiça não viria”. Foi como se fosse uma prova de fogo, fomos à luta, e aí nesse conflito a prefeitura se colocou contra os trabalhadores, e aí, porque a gente votar nesse povo que nem adere à nossa luta?” (informação verbal)⁷

3.4.7 Centro comunitário de Serviço de Pintadas (CCSP)

Criado em 1988 para gerir o projeto Pintadas e para apoiar os agricultores familiares, permitindo que as relações entre estes agricultores ultrapassassem os limites dos grupos formados, ou até mesmo de cada comunidade isolada. A intenção era criar um ambiente de interação que permitisse um intercâmbio entre agricultores do município. Na prática, esta iniciativa constituiu-se num fórum, com coordenação colegiada formada por igreja, sindicato e associações, que se reuniam mensalmente para discutir e encaminhar soluções para os problemas identificados. É neste espaço que começa a ser forjado de forma clara e consciente um projeto de desenvolvimento conjunto, além da própria idéia de formação e atuação em rede.

3.4.8 Rádio Comunitária

Criada em 1997, constituiu-se num poderoso instrumento de comunicação para a mobilização social no município de Pintadas, principalmente da zona rural, onde as dificuldades em fazer circular as informações são maiores.

Desta forma, a associação da rádio comunitária de Pintadas funcionou como o verdadeiro porta voz da Rede Pintadas, num processo contínuo de democratização da informação, participando ativamente na formação de opinião dos ouvintes.

Tendo funcionado durante muito tempo sem o registro da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações –, a rádio comunitária foi fechada em 2002, tendo seus equipamento lacrados e impedidos de funcionar. Neste ínterim outro grupo

⁷ Trecho da entrevista com ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintadas, em 2005.

político do município registrou, junto à ANATEL, uma outra rádio comunitária com objetivos diferentes dos propostos pela associação da rádio comunitária da Rede Pintadas. Hoje, a associação está trabalhando e reivindicando a instalação de uma emissora educativa, para poder voltar a funcionar e cumprir seu papel estratégico de comunicação dentro da Rede Pintadas

3.4.9 Companhia de Artes Cênicas Reluz

Nasce da reflexão dos jovens de Pintadas, motivados pelos debates da PJMP – Pastoral da Juventude do Meio Popular –, de que era necessário fortalecer e resgatar a cultura do município. Desta forma, esta companhia funcionou como um cinema móvel, que oferece oportunidades de lazer, cultura e educação para as populações rurais e urbanas, ao mesmo tempo em que favorece espaços de debate nas comunidades sobre temas ligados às problemáticas enfrentadas pelas populações excluídas.

“A gente da companhia acredita muito no que a gente tá fazendo, eu acho que quando a gente perde essa essência de identidade cultura, quando a gente perde esses valores, você fica cada vez mais vulnerável a esses contra-valores que a gente vai confrontando com essa atividade... Quando você perde sua referência de identidade, eu acho que você perde com ela a perspectiva de acreditar, na verdade, de acreditar nessa nossa luta de movimentos sociais, de pessoas que acreditam que a gente vai tá sempre construindo, que cada ação sua vai tá contribuindo para a transformação daquilo ali, nem que seja mínima, mas que vai acontecendo, e aí, sem essa perspectiva de acreditar, eu acho que fica quase impossível de você desenvolver, de você conseguir avançar nesse processo.” (informação verbal)⁸

Como resultado deste movimento, em prol do fortalecimento da cultura e da arte como elementos da educação e da consolidação da identidade do povo de Pintadas, em 2005 foi criada a Secretaria de Cultura tendo à frente lideranças formadas dentro deste espaço de debates.

Em 2005 foi realizada a IV Semana de Arte de Pintadas e o IIº Fórum Cultural Regional, reunindo 14 municípios da região para debater formas de promover a

⁸ Trecho da entrevista com coordenador da companhia de artes cênicas RELUZ, em 2005.

cultura e arte como elemento da educação, além de propor políticas públicas para o fortalecimento das manifestações culturais destes municípios.

3.4.10 Associação Cultural Beneficente Padre Ricardo

Fundada por párocos do município em 1993, a Associação Cultural Beneficente Padre Ricardo nasce com o objetivo de criar alternativas de renda, principalmente para os jovens que ainda não tinham sido inseridos em nenhum dos projetos em andamento no município. Inicia, no mesmo ano, um projeto de fabricação de água sanitária e de reforma e fabricação de móveis com jovens do município, projeto este que é mantido até hoje com a fabricação de móveis, que são comercializados no mercado local, inclusive com fornecimento para as outras instituições que compõem a Rede e para o poder público municipal.

3.5 A Articulação da Rede Pintadas

Com todo um histórico de mobilização e organização popular, pautado no resgate de valores éticos, no fortalecimento e resgate de práticas de reciprocidade e na afirmação de uma identidade cultural, as diferentes organizações, construídas ao longo do processo, perceberam sua origem e motivação comum e a possibilidade de fortalecer estas ações num espaço comum, em que se potencializaria as alternativas de desenvolvimento para o município.

A articulação de todas estas entidades numa estrutura de rede inicia-se informalmente em abril de 1999, com a denominação de Fórum de Discussão Municipal. Só em 13 de Maio de 2003 foi fundada institucionalmente a Associação das Entidades de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Pintadas ou, simplesmente, Rede Pintadas, como é mais conhecida, com aprovação do estatuto e a eleição de sua coordenação e de seu conselho fiscal.

A decisão pela constituição de uma estrutura organizacional em forma de rede deu-se em função da necessidade, apontada pela maioria das entidades, de garantir um espaço de reflexão, proposição e avaliação de idéias, ou seja, um

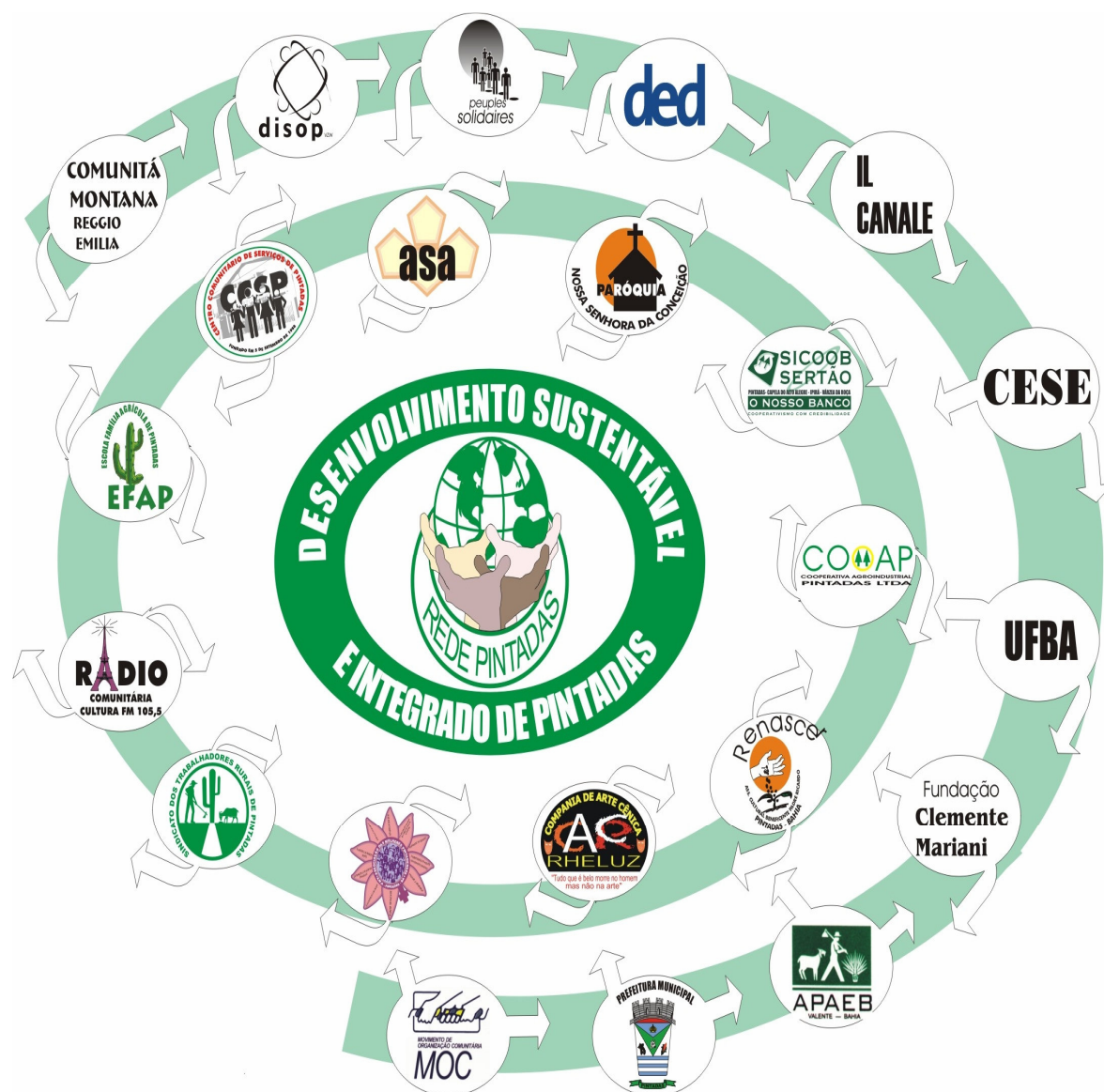
espaço de planejamento estratégico para o município, tendo em vista seu desenvolvimento. Um espaço que permitisse, ao mesmo tempo, descentralização, resistência e aumento da amplitude de reflexão, onde se pudesse traçar estratégias, desenvolver parcerias, integrar projetos.

De acordo com o seu estatuto, a Rede tem como objetivo principal “a promoção do desenvolvimento local sustentável, integrado e auto-centrado, através do acompanhamento e assessoria na elaboração e gestão do planejamento estratégico municipal, levando-se em consideração o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e o estudo socioeconômico, ambiental e cultural do município.

Seus objetivos específicos são:

- a) defender o desenvolvimento, a confiança , a segurança e o fortalecimento das entidades filiadas;
- b) promover o estudo e a divulgação dos assuntos econômicos, culturais, sociais e técnicos de interesse de seus associados;
- c) promover o intercâmbio com entidades afins;
- d) trabalhar para o entrosamento e aproximação das entidades afins;
- e) prestar assistência técnica, empresarial e jurídica a seus associados;
- f) promover ações voltadas para a defesa do meio ambiente.

Organograma da Rede Pintadas



Fonte: Rede Pintadas

3.6 Como Funciona a Rede Pintadas.

A dinâmica de funcionamento e gestão da Rede Pintadas compreende um conjunto de atividades e de espaços de debate, oficinas, seminários e afirmação de compromissos mútuos, cujo objetivo é produzir, socializar e maximizar os conhecimentos e oportunidades de desenvolvimento para o município.

De acordo com seu estatuto, existe uma coordenação geral composta por uma diretoria e uma secretaria executiva, eleita em assembléia, com a participação de todas as entidades que compõem a Rede. Realiza-se assembléias gerais bimensais com caráter deliberativo, além de ocorrerem seminários e oficinas de formação. Sua coordenação está sendo exercida pelo Centro Comunitário de Serviços.

Nestes espaços de assembléias, são definidas as prioridades, ou seja, eixos estratégicos para o desenvolvimento. A coordenação fica responsável pela elaboração de projetos para a captação de recursos financeiros, seja junto às entidades da cooperação nacional e internacional, seja com recursos públicos, além de definir as diretrizes para a utilização dos recursos administrados pelas entidades que compõem a Rede, como a Cooperativa de Crédito (SICOOB Sertão)

Desta forma, na medida que cada entidade em particular exerce suas atividades de maneira autônoma, a EFA forma a juventude para a convivência com o semi-árido, a Companhia de Artes Cênicas resgata e fortalece as tradições culturais, também envolvendo a juventude, a Cooperativa de Crédito financia projetos fundamentados nos princípios da convivência com o semi-árido, servindo como ferramenta de incentivo à produção, através da disponibilização do crédito e, assim, cada uma das instituições cumpre papéis relevantes que, quando articulados nos espaços coletivos da Rede, ganham uma nova amplitude, que vai muito além da soma de cada uma delas. Cria-se, então, de forma articulada e estratégica, ações de desenvolvimento local sustentável.

Convém esclarecer que a palavra *local*, aqui, não é sinônimo de pequeno e não alude de forma alguma à diminuição ou redução. O conceito de *local* adquire, pois, a conotação de alvo socioterritorial das ações e passa, assim, a ser redefinido no âmbito abrangido por este processo de desenvolvimento em curso – processo este que está sendo pensado, planejado e gerido coletivamente.

Outra referência que está explícita neste processo de desenvolvimento local é a idéia de comunidade.

“... O desenvolvimento local, de certo modo, troca a generalidade abstrata de uma sociedade global configurada à semelhança ou com suporte do Estado, pelas particularidades concretas das múltiplas minorias sociais orgânicas que podem projetar...(endogenamente) futuros alternativos para a coletividade e, sobretudo, antecipar estes futuros em experiências presentes...” (Franco, 1994)

Fica fácil perceber na articulação da Rede Pintadas que as práticas desenvolvidas denotam um entendimento do desenvolvimento, não apenas como crescimento econômico, e apontam para a necessidade de promoção da autonomia comunitária, com ênfase no local e no fortalecimento e resgate das tradições artísticas e culturais, como forma de fortalecer a identidade comunitária e as práticas de solidariedade libertadora entre as pessoas, comunidades e instituições, contrariando, desta forma, aqueles que entendem o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico.

“Quando você perde sua referência de identidade, eu acho que você perde com ela a perspectiva de acreditar nessa nossa luta de movimentos sociais, de pessoas que acreditam que a gente vai tá sempre construindo, que cada ação sua vai tá contribuindo para a transformação daquilo ali, nem que seja mínima, mas que vai acontecendo, e aí, sem essa perspectiva de acreditar, eu acho que fica quase impossível de você desenvolver, de você conseguir avançar nesse processo, e o resgate desses valores, eu acho que tem essa importância de possibilitar as pessoas uma auto-estima maior, uma identificação maior com aquele espaço físico e cultural que ele está situada.” (informação verbal)⁹

⁹ Entrevista com coordenador da companhia de artes cênica RELUZ, em 2005.

3.7 Ações desenvolvidas pela Rede

3.7.1 Programa de Criação de Caprinos e Ovinos – PROCAP

Em 1999 o SICOOB, juntamente com as demais entidades que compõem a Rede e com o apoio da Prefeitura municipal, preparou um projeto de apoio aos pequenos agricultores, envolvendo a capacitação, o financiamento da produção e a assistência técnica, destinados ao fomento da caprino-ovinocultura. Com recursos de entidades de cooperação internacional (WELS – Áustria, DISOP- Bélgica, IL Canale – Itália) e do próprio SICOOB, beneficiou-se, até junho de 1999, 43 produtores, totalizando um investimento da ordem de R\$170.434,43 destinados a aquisição de animais, melhoria da infra-estrutura e plantio de forrageiras.

Este projeto revela-se uma grande iniciativa de geração de renda para as famílias. Desperta o interesse de um grande número de agricultores, que estão redescobrendo na criação de ovinos e caprinos a possibilidade de ter um incremento na renda, além de fortalecer a segurança alimentar através do consumo de carne, leite e derivados.

Um aspecto importante que deve ser ressaltado é o uso de alternativas tecnológicas apropriadas para superar as dificuldades inerentes à criação destes animais no que diz respeito à infra-estrutura (cercas, a instalações) e à alimentação. Assim, o uso de cercas elétricas, a preocupação com o cultivo de plantas forrageiras adaptadas ao bioma caatinga, bem como o estímulo a práticas de fenação e silagem, têm produzido efeitos positivos, que se refletem no aumento da produtividade, aumento da renda familiar e estímulo a novos produtores.

Na verdade, as entidades e o governo municipal estão estimulando a implementação de um pólo de produção e agro-industrialização de carnes e couro de caprinos e ovinos, tendo como instrumento de dinamização a Cooperativa Agroindustrial de Pintadas. Isto pode ser considerado como uma das ações estratégicas para o desenvolvimento da economia do Município. Até o momento já foram atendidas 16 comunidades perfazendo um total de 275 famílias.

Os índices técnicos obtidos pelos criadores até o momento são considerados muito bons e representam um significativo salto de qualidade em relação a experiências anteriores. E tudo isto é tomado com resultante de uma assistência

técnica eficiente, que hoje é feita por técnicos egressos da EFA – Escola Família Agrícola, mais um agrônomo e um veterinário, que também fazem o treinamento intensivo dos produtores.

De acordo com os dados de produção agropecuária municipal fornecidos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, no ano de 2002, o rebanho caprino já era de 4.250 cabeças e o de ovinos de 15.340 cabeças.

3.7.2 O Restaurante Comunitário “Delícias do Sertão”

Empreendimento associativo, gerido por um grupo de mulheres ligadas ao movimento de mulheres. Teve financiamento do SICOOB, hoje se apresenta como um exemplo concreto de articulação da Rede no que se refere à potencialização das iniciativas econômicas. Além de fornecer alimentação durante os eventos promovidos pela Rede, funciona também como uma espécie de centro de referência para a comercialização dos produtos que são produzidos por agricultoras familiares ligadas ao movimento de mulheres. Lá são comercializados produtos como o mel, o iogurte e o doce de leite (produzidos com leite de cabra), entre outros.

Segundo depoimentos, esta iniciativa garante um rendimento mensal de cerca de R\$200,00 para um grupo de oito mulheres que se revezam no trabalho e na gestão do espaço. Estas mulheres foram escolhidas porque não tinham outra alternativa de renda e eram chefes de família, o que está relacionado com a migração seletiva dos homens para trabalhar em São Paulo e a desagregação familiar.

“Era um restaurante mais simples, e agora nos dias que tem mais demanda a gente colocou comida a quilo porque facilita o trabalho de quem tá ali, e o atendimento para quem chega. Conseguimos um projetinho, compramos aquela bandeja, um freezer a tv, então satisfaz a comunidade que chega ali e reivindicava uma tv e um atendimento melhor, e as meninas que trabalha ali. Pra gente, estamos completando 2 anos agora em novembro, se não me falha a memória, que o restaurante funciona, sempre com a mesma equipe... A equipe é sempre a mesma, graças a Deus tem dado certo e a gente vai tocando. Ali já vende a cocada, que uma companheira produz em casa e traz pra vender. Vende o pastel que uma outra produz em casa e coloca ali pra vender. Teve uma idéia de

se colocar uma estante pra se colocar os produtos artesanais, no momento a gente ainda não comprou, mas ali tem espaço suficiente.” (informação verbal)¹⁰

3.7.3 O projeto de Apicultura

Após várias tentativas de introdução da apicultura em Pintadas, finalmente pode-se considerar que há um projeto em andamento com resultados animadores. Inicialmente, foram apoiados 60 apicultores com a aquisição de 03 caixas para cada família. Esta iniciativa de fortalecimento da apicultura tem o objetivo de constituir-se numa atividade econômica para os agricultores familiares que dispõem de menor quantidade de terra, os minifúndios, onde as atividades de criação de caprinos e ovinos não seriam possíveis. Segundo depoimentos, passados 05 anos, a atividade apresenta resultados modestos: o número de apicultores permanece em 60, entretanto, o número de colméias aumentou para 26 por família; no ano de 2004, houve uma produção de cerca de 06 toneladas de mel, sendo que 60% desta produção foram comprados pela COOAP, a um preço de R\$ 3,50 o quilo.

O entreposto comunitário, inaugurado em dezembro de 2000, contou com o apoio do Centro Comunitário, do DED – entidade da cooperação Alemã –, da CESE – Centro Ecumênico de Serviços – e da IL Canale - entidade da cooperação Italiana. Os equipamentos e a construção civil atendem às normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, o que poderia facilitar a inspeção sanitária, suas regularização e inserção no mercado. Entretanto, o que se observa hoje é que ele está sendo sub-utilizado. Com capacidade de processar 45 toneladas de mel por mês e com a produção local longe de atingir esta quantidade, além da frágil articulação dos apicultores dos municípios vizinhos (que poderiam também utilizar este entreposto), os preços conseguidos para a venda do produto não servem de estímulo para a ampliação da atividade.

No que se refere ao componente ambiental ligado à atividade apícola, observa-se claramente que gerou incentivos para a preservação das espécies vegetais nativas da caatinga. O aumento do pasto apícola é apontado como uma

¹⁰ Trecho da entrevista com líder do Movimento de Mulheres de Pintadas, em 2005.

necessidade para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, dos ganhos das famílias, servindo de estímulo para o surgimento de novos apicultores.

3.7.4 O Projeto político-pedagógico e a Formação de Lideranças

Percebe-se que outra grande expressão de articulação das diferentes entidades do município, em torno da Rede Pintadas, é o projeto político.

As ações desenvolvidas pela Rede Pintadas estão claramente estruturadas no fortalecimento comunitário, no exercício da democracia participativa e na adesão aos princípios da igualdade e da solidariedade, entretanto, entende-se que estas ações não devem prescindir da participação do poder do Estado. Neste sentido, a tarefa de discutir política e de construir estratégias para a conquista do poder político no município passou a ser atribuição do conjunto de organizações que constituem a Rede.

“nós inicialmente aprendemos a nos reunir para rezar, depois para discutir nossos problemas e isto nos fortaleceu para criar entidades, de maneira que as coisas foram tomando corpo e hoje nós estamos com o poder político nas mãos...chegamos a isto por conta do nosso movimento, hoje a prefeita vem sentar no meio do pessoal da rede para dizer também como está funcionando a prefeitura” (informação verbal)¹¹

Assim, já em 1996 o movimento elege a missionária católica Neusa Cadore prefeita do município de Pintadas, sendo reeleita nas eleições de 2000 para mais 04 anos de mandato e, em 2004, um novo candidato, Valcir Rios, que até então exercia o cargo de presidente da Cooperativa de Crédito - SICOOB SERTÃO - apoiado pelo movimento, é eleito para mais 04 anos de mandato, consolidando nas urnas um projeto político que tem sido construído coletivamente, fato que não é tão comum numa região onde o poder de coronéis é que, em muitos casos, define os resultados das eleições.

“Estamos trabalhando pra que isso não fuja do nosso controle, porque seria uma perda muito grande pra gente ter que voltar àquela velha historia, que eu conheço

¹¹ Depoimento cedido por liderança do sindicato dos trabalhadores rurais de pintadas.

em outros municípios vizinhos, outros trabalhadores, onde o povão não tem acesso à prefeitura, além das roubafeiras e das corrupções que acontecem lá. Nós cuidamos também de manter a seriedade dos companheiros do movimento, que é uma coisa que a gente leva muito de perto, que é a ética de cada diretor de cada associação. Por isso que qualquer coisa, o companheiro desliza um pouquinho, a gente chama, espera aí, vamos analisar, se seu comportamento esta bem como diretor, como associado, como linha de frente”. Tenta ajudar ao companheiro a não desviar. Sei lá, o ser humano é falível né? A gente também cuida que nossos companheiros mantenham a ética porque a gente venceu porque nós tínhamos ética na política do nosso movimento, nós tínhamos moralidade para manter a nossa organização sempre centrada” (informação verbal)¹²

4 AS EVIDÊNCIAS DAS MUDANÇAS

No período 1991-2000, a população de Pintadas teve uma taxa média de crescimento anual de 0,55%, passando de 10.405 habitantes, em 1991, para 10.927 habitantes em 2000. Taxa esta considerada alta em relação à média regional, que foi de 0,52%, e baixa em relação à do estado, que foi de 1,09% para o mesmo período, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, conforme pode ser visualizado nas tabelas 5 e 6

Tabela 5 – População por Situação de Domicílio, 1991 e 2000

População por Situação de Domicílio, 1991 e 2000

	1991	2000
População Total	10.405	10.927
Urbana	2.303	4.076
Rural	8.102	6.851
Taxa de Urbanização	22,13%	37,30%

Fonte: SEI, 2000

¹² Depoimento cedido por líder do sindicato dos trabalhadores rurais de Pintadas

“Nossa família, somos em 14 irmãos. Nenhum migra. Dos 14 só tem 2 fora do município, morando no município de Cansação, aqui na Bahia mesmo. E o resto mora aqui em Pintadas e todos conseguem se manter” (informação verbal)¹³

“Eu sempre tive o sonho de permanecer em Pintadas, eu sou muito apegado a questão de amizade, da família... porque Pintadas é uma cidade pequena e todo mundo é amigo, então a gente sabe que na rua você conhece todo mundo, você fala com todo mundo. Então não tem aquela coisa corrida da cidade grande, eu sou muito apegado. Depois tem toda essa questão dos movimentos sociais, que é difícil você encontrar em outro lugar” (informação verbal)¹⁴

Tabela 6 - Taxa de crescimento 1991/2000 (% a.a.)

Taxa de crescimento 1991/2000 (% a.a.)			
Bahia/Município /Região Econômica	Total	Urbana	Rural
Bahia	1,09	2,53	-1,34
Pintadas	0,55	6,55	-1,85
Região Econômica do Paraguaçu	0,52	2,44	-2,31

Fonte: SEI 2000

Especial atenção deve ser dada à taxa de urbanização, que aumentou significativamente no período, registrando um índice de 6,55%, ficando muito acima da média do estado da Bahia, que foi de 2,53% e, também, muito acima da região, que teve uma média de 2,31%. A população rural também teve um crescimento negativo de 1,85%, menor do que o da região, que foi de 2,31% e maior do que o do estado, que foi de 1,34%, o que tem relação com a melhoria dos serviços urbanos (conforme tabela 6).

¹³ depoimento cedido por agricultor do município.

¹⁴ Depoimento cedido por jovem egresso da EFA e atual técnico da rede Pintadas

Tabela 7 - Nível Educacional da População Jovem, 1991 e 2000.

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo		%freqüentando a escola	
	1991	2000	1991	2000
7 a 14	52,2	17,2	58,7	95
10 a 14	39,4	10,2	63,1	95,2
15 a 17	25,9	6,3	37,5	74,9
18 a 24	28,6	12,8	x	x

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Com base nas informações da tabela 7, percebe-se que a taxa de analfabetismo diminuiu drasticamente e a percentagem de freqüência escolar foi elevada consideravelmente.

“A gente avalia que os jovens que saíram e fizeram curso técnico, eles tiveram mais oportunidade. Fizeram ensino médio e técnico. Voltaram e tá todo mundo trabalhando aqui” (informação verbal)¹⁵

Tabela 8 - Indicadores de Renda, Pobreza, 1991 e 2000 e desigualdade

Indicadores de Renda, Pobreza e desigualdade, 1991 e 2000		
	1991	2000
Renda per capita Média (R\$)	61,6	83,05
Proporção de Pobres (%)	78,3	65,1
Índice de Gini	0,45	0,56

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

A renda *per capita* média do município cresceu 34,80%, passando de R\$61,61, em 1991, para R\$83,05, em 2000 (de acordo com os dados da tabela 8).

A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$75,50, o que equivale à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 16,92%, passando de 78,3%, em 1991, para 65,1%, em 2000, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (tabela 8). A desigualdade cresceu: o Índice de Gini,¹⁶ que mede a concentração, passou de 0,45

¹⁵ depoimento cedido por professora da EFA

¹⁶ medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).

em 1991 para 0,56 em 2000, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Estes dados parecem contraditórios, pois se os mais pobres saíram da pobreza para aumentar a concentração tem que ter ocorrido um enriquecimento dos mais ricos ainda mais quando os dados de desenvolvimento humano apontam para constatações de melhoria da qualidade de vida, o que reforçado pelas evidências, empíricas que também apontam para a melhoria da qualidade de vida da população do município.

Tabela 9 - Porcentagem de Renda Apropriada por Extrato da População, 1991 e 2000

Porcentagem de Renda Apropriada por Extrato da População, 1991 e 2000		
	1991	2000
20% mais pobres	5,7	0,7
40% mais pobres	15,3	7,1
60% mais pobres	29	20
80% mais pobres	49,6	42,8
20% mais ricos	50,4	57,2

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Os 20% mais pobres se apropriam da fatia menor da renda, enquanto os 20% mais ricos se apropriam de um percentual maior da renda.

Tabela 10 – Acesso a Serviços Básicos, 1991 e 2000.

	1991	2000
Água Encanada	0,2	31,2
Energia Elétrica	25,3	50,6
Coleta de Lixo*	43,2	96,9

*Somente domicílios urbanos

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

O acesso a serviços básicos melhorou significativamente neste período (de acordo com a tabela 11), o que indica uma gestão pública mais eficiente e melhor utilização dos recursos públicos em benefício da população do município. Este dado é importante, pois pode estar a ele relacionado um maior controle social sobre os gastos do executivo municipal.

Tabela 11 – Desenvolvimento Humano

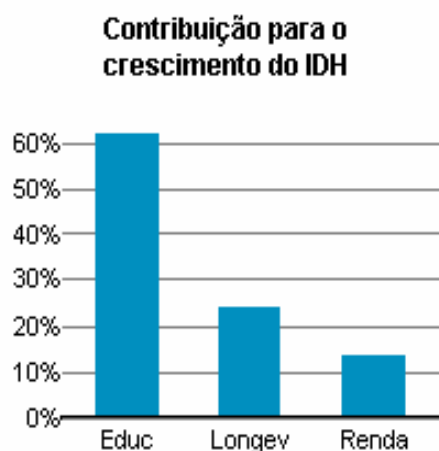
	1991	2000
IDH - M	0,52	0,625
Educação	0,493	0,724
Longevidade	0,552	0,641
Renda	0,461	0,511

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Pintadas cresceu 24,50%, passando de 0,502, em 1991, para 0,625, em 2000.

A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a educação, com 62,4%, seguida pela longevidade, com 24,1% e pela renda, com 13,5%. O resultado na educação parece impressionante, mas também ocorreu em outras regiões do estado e do país. Observe que passou de 0,7, o que já é considerado de alto desenvolvimento.

Gráfico 2 – Contribuição para o crescimento do IDH



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, $1 - \text{IDH}$) foi reduzido em 24,7%.

Se tivesse sido mantida esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 15,2 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 10,0 anos para alcançar Salvador (BA), o município com o

melhor IDH-M do Estado (0,805), de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Pintadas era 0,625. Segundo a classificação do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento –, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em 1991, estava próximo ao limite de baixo desenvolvimento, que é de 0,5.

Em relação aos outros municípios do Brasil, Pintadas apresenta uma situação ruim: ocupa a 4206ª posição, sendo que 4205 municípios (76,4%) estão em situação melhor e 1301 municípios (23,6%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do estado, Pintadas apresenta uma situação intermediária: ocupa a 193ª posição, sendo que 192 municípios (46,3%) estão em situação melhor e 222 municípios (53,7%) estão em situação pior ou igual.

Tabela 12.

Municípios da Microrregião Feira de Santana (Bahia)

Município	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho, 1991	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho, 2000	% da renda proveniente de transferências de governos, 1991	% da renda proveniente de transferências de governos, 2000	Renda per Capita, 1991	Renda per Capita, 2000
Anguera	73,78	49,87	15,73	27,33	52,6	71,09
Antônio Cardoso	74,48	49,62	11,2	23,64	42,02	73,64
Água Fria	72,22	42,96	15,36	29,24	39,39	58,15
Conceição da Feira	65,19	53,42	15,55	24,34	88,33	96,8
Conceição do Jacuípe	78,99	66,36	13,19	19,74	101,24	140,29
Coração de Maria	80,78	67,8	9,64	20,29	65,3	92,6
Elísio Medrado	74,92	56,2	15,4	27,25	64,59	102,26
Feira de Santana	83,48	71	9,37	13,49	161,92	206,99
Ipecaetá	79,4	63,53	12,96	24,86	54,68	68,06
Ipirá	84,88	62,49	9,13	22,34	67,04	90,2
Irará	80,12	63,49	12,51	20,31	60,06	94,47
Itatim	82,86	66,68	12,04	19,22	58,24	91,28
Ouriçangas	80,03	55,14	12,95	23,27	60,15	71,65
Pedrão	81,01	54,45	13,92	26,62	57,03	62,16
Pintadas	82,94	50,24	10,45	23,16	61,61	83,05
Rafael Jambeiro	81,25	49,09	10,62	26,73	56	57,68
Santa Bárbara	74,57	58,03	14,46	27,36	61,95	76,04
Santa Teresinha	77,74	56,5	15,55	26,04	58,01	73,18
Santanópolis	83,42	44,45	12,22	23,26	47,32	67,24
Santo Estêvão	80,66	54,32	10,59	22,45	80,16	90,09
São G. dos Campos	67,75	62,76	18,42	21,83	72,78	112,58
Serra Preta	80,04	46,81	14,51	27,62	49,19	72,09
Tanquinho	83,45	57,17	12,01	22,08	64,93	108,95
Teodoro Sampaio	77,23	52,07	14,74	27,61	81,23	85,77

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

5. Considerações Finais

Com este estudo, procurou-se analisar os impactos das ações articuladas do conjunto de entidades que compõem o movimento popular do município de Pintadas (localizado no Semi-árido baiano), a Rede Pintadas, como está oficialmente denominada desde 2003.

Utilizando o referencial teórico da *economia solidária*, busca-se compreender como estas diferentes organizações se articulam em busca da construção do desenvolvimento, com suas múltiplas dimensões dentro do município.

Desta forma, busca-se, também, perceber em que medida os valores de cooperação, solidariedade e a gestão coletiva, desenvolvida pelas pessoas e pelas entidades que compõem esta organização social do município, estão contribuindo para a promoção de resultados em termos de desenvolvimento para as comunidades rurais e urbanas.

De acordo com os dados levantados, documentos analisados e os depoimentos registrados, a ação da Rede Pintadas aponta para a melhoria da qualidade de vida das famílias pintadenses, o que se reflete na redução da migração, no aumento do nível educacional, e também na melhoria da renda.

Pôde-se observar um possível aumento da concentração da renda e da terra como dois aspectos preocupantes e desafiadores para as organizações do município. As alternativas econômicas desenvolvidas pela rede podem não estar dando conta de incluir as famílias com menor quantidade de terra - os minifúndios com menos de 30 ha –, desta forma, abre-se espaço para um processo de reconcentração fundiária, em que as famílias proprietárias de áreas médias e grandes podem comprar as terras destes micro-proprietários.

“um local onde se pode ver isto com clareza é o “Lago da Pedra”, lá tinha uma comunidade de cerca de 16 famílias e hoje não tem mais ninguém e a própria comunidade se desfez... e hoje

tem uma concentração grande de terras deste proprietário que foi comprando de pouco em pouco” (informação verbal)¹⁷

Observa-se que o uso racional e eficiente dos recursos públicos tem gerado melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo município, tanto na zona rural com a construção de cisternas de placa para a captação e armazenamento de água de chuva para o consumo humano, segundo informações da prefeitura, 100% das residências rurais de famílias de baixa renda já dispõem destas estruturas; e também na zona urbana, sendo que este fato tem estimulado um movimento de famílias micro proprietárias de terra, da zona rural para a zona urbana do município fato este que agrava a dependência destas famílias de programas governamentais de transferência de renda.

A ação da Rede como espaço de debate, articulação e planejamento, pode ser entendida como um diferencial para o município, que tem apresentado resultados nos indicadores de desenvolvimento acima da média dos municípios da mesma região econômica.

Entende-se que as estratégias desenvolvidas pela Rede estão ancoradas no resgate e fortalecimento de valores e princípios ligados à cooperação, à solidariedade e à gestão coletiva, promovendo, assim, a construção de um sistema integrado de pensar e agir em prol da construção do verdadeiro desenvolvimento. Estas estratégias têm como fator preponderante o aprendizado contínuo do pensar, do fazer e do viver democracia, integrando-se a tantos outros movimentos que têm sido construídos pela classe trabalhadora e que, no seu conjunto, são entendidos como um processo integrado, que tem como resultado a construção de alternativas à fragmentação proposta e exigida pelo Sistema Capitalista, exercendo, na prática, a construção de uma “alternativa superior ao sistema capitalista...por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras...uma vida melhor.” (SINGER, 2000, p.114)

¹⁷ Trecho de entrevista com agricultora do município de Pintadas, em 2005

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Quando e como teve início o processo de organização comunitária no município de Pintadas?
- 2- Quais os motivos que levaram a constituição da “Rede Pintadas”?
- 3- Quais os objetivos da “Rede Pintadas”
- 4- Qual a importância desta organização para o município
- 5- O que é a “Rede Pintadas”?
- 6- Como a entidade a qual você faz parte participa da “Rede Pintadas”?
- 7- Quais as ações da Rede Pintadas você avalia como importantes para o desenvolvimento do município?
- 8- Para você a rede tem ajudado a melhorar as condições de vida das comunidades do município?
- 9- O que você acha que precisa melhorar para que a “Rede Pintadas” cumpra melhor seus objetivos?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, M. O “feminino criador”: socioeconomia solidária e educação. In: ARRUDA, M; BOFF, Leonardo. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos - uma visão a partir do Sul**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, cap. VI, p. 119-143.

COOPERATIVA de Técnicos em Desenvolvimento Urbano e Regional. **Pintadas – Perfil Sócio Econômico do Município**. Pintadas – BA, 2000. 79p.

FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLLE, J. L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. 1. Ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004. 200 p.

GOVERNO do Estado da Bahia - **SEI** – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Acesso em <http://www.sei.ba.gov.br/>.

GOVERNO Federal – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Acesso em <http://www.ibge.gov.br>.

ORGANOGRAMA da Rede Pintadas, 2003.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil** (2000). Acesso em <http://www.undp.org.br/HDR/Atlas.htm>.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 128 p.